

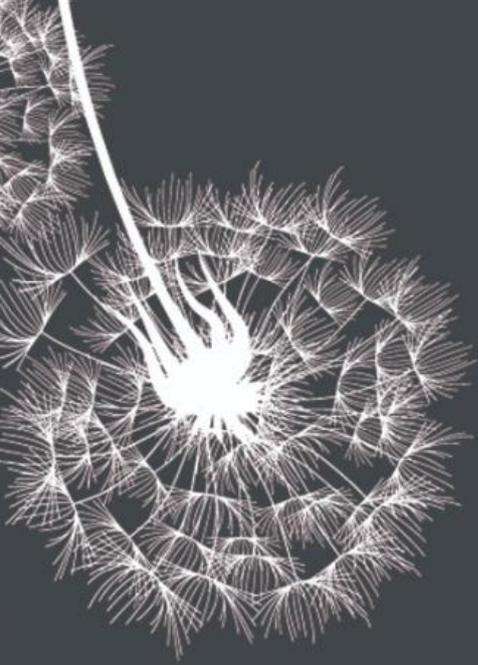
Volume 12, nº 02
Dezembro, 2022
ISSN 2178-2768

propagare

CENTRO
UNIVERSITÁRIO



CAMPO REAL
EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR



EXPEDIENTE

REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
Publicação Semestral

Indexadores

latindex

DIADORIM
Diretório de políticas editoriais das
revistas científicas brasileiras

2

PRESIDENTE DA MANTENEDORA
Professor Wilson Ramos Filho

SUPERINTENDENTE DAS COLIGADAS UB
Professor Edson Aires da Silva

CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL

REITORIA
Professor Edson Aires da Silva

PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
Professora Patrícia Melhem Rosas

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
Professor Ayres Siqueira Silva

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, INICIAÇÃO À PESQUISA E EXTENSÃO
Professora Moana Rodrigues França

EDITOR CHEFE
Professor Atilio A. Matozzo

COMISSÃO EDITORIAL CIENTÍFICA

Dra. Aline José Maia, Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)
Dra. Aline Vanessa Sauer, Universidade Pitágoras (UNOPAR)
Dr. André Luiz Klein - Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)
Dr. Andrey Portela – Centro Universitário Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU)
Dr. Argos Gumbowsky – Universidade do Contestado (UnC)
Dr. Cândido Simões Pires Neto – Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU)
Dr. Carlos Roney Armanini Tagliani, Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG)
Dr. Clémerson Merlin Clève – Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Dra. Daniela Ota Hisayasu Suzuki – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Dra. Dulce Cassol Tagliani, Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG)
Dra. Elisa Adriano – Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
Dra. Eloete Camilli Oliveira – Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA)

Dr. João Vitor Passuello Smaniotto – Centro Universitário Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU)
Dr. Ledo Paulo Guimarães Santos - Centro Universitário Autônomo do Brasil (UNIBRASIL)
Dra. Luciana Pelegrini - Centro Universitário Campo Real
Dra. Maria Luiza Milani – Universidade do Contestado (UnC)
Dr. Phillip Gil França - Escola da Magistratura do Paraná (EMAP)
Dr. Wilson Ramos Filho – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

REVISORES CIENTÍFICOS AD HOC

Dra. Gheniffer Fornari Me. Isabela Volski
Me. João Frederico Musial
Me. Luiz Eduardo Horst
Dr. Rudy Heitor Rosas
Me. Sandro Mazurechen
Dra. Simone Carla Benincá

REVISÃO E ORGANIZAÇÃO

Prof. Atilio A. Matozzo

CAPA

Setor de Marketing Centro Universitário Campo Real

SUMÁRIO

A UTILIZAÇÃO DA CAPOEIRA COMO CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL	5
CRIMINALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER: DEBATE ACERCA DA LEI Nº 14.188, DE 28 DE JULHO DE 2021	16
NEUROMARKETING: FATORES QUE INFLUENCIAM O CONSUMIDOR NA DECISÃO DE COMPRA NO CONTEXTO 4.0	36
RELAÇÃO DA DOENÇA RENAL CRÔNICA COM COMORBIDADES CARDIOVASCULARES	54
UM BREVE RELATO DA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA: PONTOS BÁSICOS DA ANCORAGEM DOS QUAIS DERIVAM OUTROS SIGNIFICADOS	66

A UTILIZAÇÃO DA CAPOEIRA COMO CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Alessandra Fátima Cezne
André Luis Schmeing
Rafael Gemin Vidal

RESUMO: O presente estudo buscou verificar se a capoeira é aplicada pelos professores da rede de ensino pública como conteúdo da Educação Física para alunos do 6º e 7º anos do fundamental, bem como qual a metodologia adotada por cada um deles. Para atingir os objetivos, optou-se por uma pesquisa aplicada, quantitativa, descritiva e de campo. A população foi composta por professores atuantes da Educação Física escolar do município de União da Vitória-PR. Para coleta de dados, foi aplicado virtualmente através da plataforma Google Formulários, um questionário com doze perguntas elaboradas pelos pesquisadores e validada por três professores do colegiado de Educação Física. Os resultados encontrados apontam que em relação a metodologia que os educadores utilizam para aplicar a capoeira em suas aulas 55,6% aplicam a capoeira de maneira prática/teórica, 33,3% trabalham a capoeira somente de maneira teórica, 11,1% responderam que não aplicam a capoeira em suas aulas. Em relação as dificuldades dos professores em utilizar a capoeira em suas aulas 37,5% diz não possuir conhecimento prático da capoeira, 62,5 diz ter outros motivos para não aplicar a capoeira como componente curricular nas suas aulas de Educação Física escolar.

Palavras-chave: Educação Física escolar. Metodologia. Capoeira.

ABSTRACT: The present study sought to verify if capoeira is applied by teachers of the public education network as a Physical Education content for students in the 6th and 7th grades of elementary school, as well as the methodology adopted by each of them. To achieve the objectives, an applied, quantitative, descriptive and field research was chosen. The population consisted of teachers working in Physical Education in the municipality of União da Vitória-PR. For data collection, a questionnaire with twelve questions prepared by the researchers and validated by three teachers of the Physical Education collegiate was applied virtually through the Google Forms platform. The results found indicate that in relation to the methodology that educators use to apply capoeira in their classes, 55.6% apply capoeira in a practical/theoretical way, 33.3% work capoeira only theoretically, 11.1% responded who do not apply capoeira in their classes. Regarding the teachers' difficulties in using capoeira in their classes, 37.5% say they do not have practical knowledge of capoeira, 62.5 say they have other reasons for not applying capoeira as a curricular component in their school Physical Education classes.

Keywords: School Physical Education. Methodology. Capoeira.

1 INTRODUÇÃO

A capoeira é uma arte afro-brasileira criada na época da escravidão com o intuito de reprimir os maus tratos sofridos pelos senhores de engenho. Uma luta que foi disfarçada de dança sendo praticada ao som de instrumentos como o berimbau, pandeiro, atabaque e cantigas. A capoeira é vista por muitos educadores como um rico conteúdo para as aulas de Educação Física escolar, pois nela se trabalha a flexibilidade, coordenação motora, lateralidade, equilíbrio, ritmo, cultura entre outros fatores que agregam no desenvolvimento das crianças (VIDAL, 2021).

A cada ano que passa a prática da capoeira vem aumentando, tanto nas instituições de ensino como em projetos de contraturno ou até mesmo em projetos voluntários para bairros que possuem mais necessidades, levando diretamente a história e cultura da capoeira para as crianças. Alves (2012) afirma que o ensino da capoeira vem tendo um aumento nas instituições de ensino, não somente nas escolas, creches ou universidades, mas a sua prática também é bem-vista em projetos sociais em comunidades carentes, sendo um caminho para conhecimento da história.

A capoeira é uma luta que através de seus movimentos faz com que o aluno desenvolva diversas variáveis psicomotoras se fazendo assim um excelente meio para auxiliar no desenvolvimento integral do aluno. Apontasse sua atuação de maneira direta e indireta sobre todos os aspectos cognitivo, afetivo e motor, sendo que seu valor está na maneira que ela é ensinada na escola, onde o aluno aprende e se desenvolver de uma maneira lúdica e prazerosa (CAMPOS, 2001).

Segundo a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), a Capoeira é uma das modalidades de lutas que devem ser repassadas dentro das aulas de educação física para os alunos do 6º e 7º ano. Esta pesquisa buscou saber se a capoeira é repassada nas aulas de Educação Física escolar para os alunos do 6º e 7º ano, bem como mostrar a importância que a capoeira tem de ser aplicada nas escolas dentro das aulas de Educação Física.

Alves (2012), afirma que com o passar dos tempos, a capoeira sofreu várias transformações no seu processo de ensino e isto colaborou para que ela fosse introduzida nas escolas, estas mudanças favoreceram o seu reconhecimento e foram ampliando as suas perspectivas para que a capoeira fosse enxergada como uma ferramenta pedagógica no processo educativo.

Visando todo o impacto que a capoeira causa nas crianças, buscou-se saber também através dessa pesquisa se ela é transmitida para os alunos, dando ênfase no 6º e 7º ano que é onde a BNCC estabelece que seja incluso as lutas no Brasil nas aulas de Educação Física escolar. Outro ponto abordado foi buscar saber e entender as dificuldades que os educadores encontram para trabalhar ou não a capoeira em suas aulas.

2 MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, quantitativa e descritiva. Gil (2002, p.131) menciona que: “As pesquisas descritivas têm como objetivo básico descrever as características de populações e fenômenos”. Logo, o mesmo autor ressalta que quando se usa formulários, ou instrumentos padronizados, estes conduzem a resultados quantitativos (GIL,2002). Em relação aos procedimentos técnicos que pode ser caracterizado como pesquisa de campo. Segundo Lakatos e Marconi (1996) o estudo de campo procura o aprofundamento de uma realidade específica.

A pesquisa foi aplicada através de um questionário encaminhado para professores de Educação Física das redes de ensino públicas no âmbito estadual da Cidade de União da Vitória - PR que ministram aulas para o 6º e 7º ano do ensino fundamental.

Desta pesquisa, participaram como amostra, os professores atuantes na Educação Física escolar do município de União da Vitória – PR, sendo que cinco dos participantes se identificaram como sendo do gênero feminino e quatro se identificaram como sendo do gênero masculino, todos atuantes na rede pública de ensino no nível fundamental.

Para realização da coleta de dados desta pesquisa, foi utilizado como instrumento a plataforma virtual Google Formulários e aplicado um questionário com 13 perguntas elaborado pelos pesquisadores e validado por 3 (Três) professores do colegiado do curso de Educação Física do Centro Universitário do Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU. O instrumento de pesquisa foi validado com a nota média 8,8 de coerência e 8,7 de clareza e tem como principal objetivo obter respostas dos objetivos propostos pela pesquisa.

Aos dados coletados foi aplicado estatística descritiva, obtendo-se média, desvio padrão e frequência, sendo apresentados em gráficos e tabelas comparativas. Foi utilizado a plataforma Microsoft Excel como meio de tabulação e interpretação.

Aos indivíduos que aceitaram participar deste estudo foi dada uma explicação verbal sobre os objetivos da pesquisa, bem como um esclarecimento sobre todos os procedimentos que seriam realizados, dando-lhes total liberdade e resguardando o

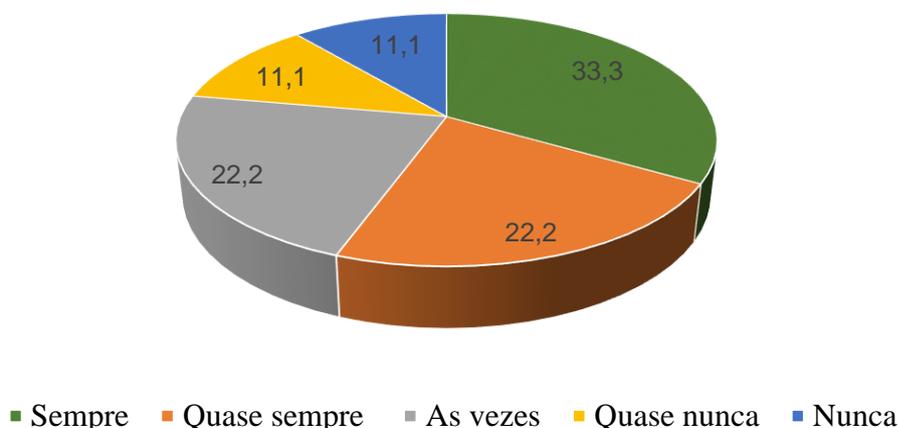
sigilo das suas respostas, da sua identidade, assim como a privacidade do seu anonimato. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foi entregue em duas vias, o qual consta assinado tanto pelo pesquisador quanto pelos colaboradores, firmado assim o vínculo ético necessário para a realização desta pesquisa. A metodologia proposta foi formulada respeitando as resoluções 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, e aplicado após ser aprovado pelo Núcleo de Ética e Bioética do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguaçu sob o protocolo 2021/180.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário foi enviado para nove professores de Educação física. Onde cinco declararam ser do sexo feminino e quatro do sexo masculino, com idades que variam de 30 anos à acima de 40 anos, todos com mais de 10 anos atuando na área.

Como exposto no Gráfico 1, quando questionados se em suas aulas de Educação Física a capoeira era aplicada 33,3% (n=3) dos entrevistados responderam que sempre aplicam a capoeira em suas aulas. 22,2% (n=2) afirmaram que quase sempre aplicam a capoeira em suas aulas. 22,2 (n=2) responderam que as vezes optam em aplicar a capoeira em suas aulas. Enquanto, 11,1% (n=1) relataram que quase nunca optam em aplicar a capoeira nas suas aulas. Um total de 11,1 (n=1) falaram que nunca aplicam a capoeira para seus alunos.

Gráfico 1 - Aplicação da capoeira nas aulas de Educação Física escolar

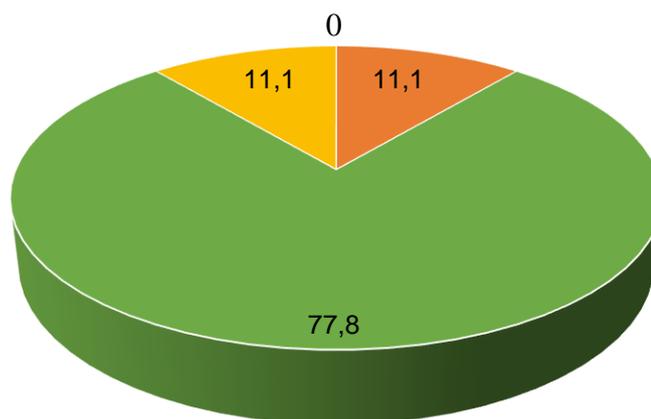


Fonte: Os autores, 2022.

Podemos observar no gráfico 1 que uma grande parte dos professores de Educação Física optam em aplicar a capoeira para seus alunos. Ela desenvolve as qualidades físicas de base, atuando com extrema eficácia na melhora da condição geral, desenvolvendo os sistemas aeróbico, anaeróbico e muscular. Tendo uma influência direta no aspecto cognitivo, estimulando a coragem, a autoconfiança, a cooperação, a formação do caráter e da personalidade do aluno (CAMPOS, 2001).

Com base nos dados que o gráfico 2 nos apresenta podemos perceber que os professores em sua maioria, utilizam a capoeira e outras lutas do Brasil previstas na BNCC como componentes curricular, o que favorece aos alunos uma vivência em diferentes práticas corporais.

Gráfico 2 - Aplicaria a capoeira em suas aulas ou aplicaria outra luta prevista pela BNCC



- Aplico todas as lutas
- Aplico somente a capoeira
- Aplico a capoeira e algumas outras lutas citadas
- Não aplico as lutas citadas

Fonte: Os autores, 2022.

Interpretando o gráfico 2 podemos verificar que 77,8% (n=7) dos professores que participaram da pesquisa não só aplicam a capoeira em suas aulas, mas também trabalham outras lutas que a BNCC estabelece. 11,1% (n=1) respondeu que em suas aulas aplica somente a capoeira para seus alunos, em contrapartida 11,1% (n=1)

respondeu que não aplica nenhuma das lutas que a BNCC apresenta. Nenhum dos entrevistados disse aplicar todas as lutas previstas, totalizando 0% (n=0).

Bonfim (2010) afirma que a capoeira torna-se fundamental para crianças no momento em que o aluno conhece o próprio corpo como um instrumento de comunicação. Sendo assim ela desperta o interesse pela história, musicalidade e outras atividades que esta prática proporciona.

Quando questionado aos entrevistados de que maneira a capoeira é aplicada em suas aulas e as respostas foram as seguintes: 55,6% (n=5) dos entrevistados afirmaram que optam em aplicar de maneira teórica e prática, fazendo os alunos conhecerem a história para depois conhecerem os movimentos básicos. Uma quantia de 33,3% (n=3) responderam que preferem passar somente a parte da teoria da capoeira para seus alunos. Um total de 11,1% (n=1) afirmou que não aplica a referida luta como componente curricular. Um total de 0% (n=0) assinalaram a opção de aplicar a capoeira somente na prática, dando a entender que não utilizam a teoria como forma metodológica.

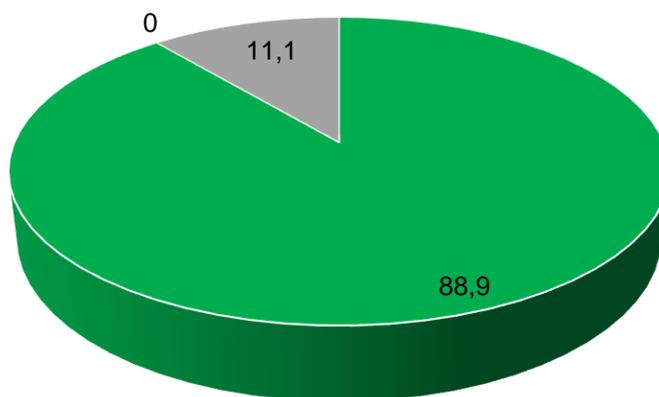
Ainda sobre a questão da aplicação da capoeira, foi indagado para os entrevistados se quando aplicam a capoeira na prática para seus alunos eles mesmo ministram a aula ou se solicitam a um profissional especialista na área para aplicar a aula, diante deste questionamento 66,7% (n=6) afirmaram que eles mesmos aplicam a aula na prática, enquanto 33,3% (n=3) responderam que preferem chamar um professor que seja especialista e que tenha experiência na área da capoeira para fazer a aplicação da mesma para seus alunos.

Logo na pergunta seguinte foi questionado aos professores se eles possuem algum conhecimento sobre a história da capoeira onde 55,6% (n=5) respondeu que não somente possuem conhecimento mas como também se aprofundaram no tema em algum momento da carreira, buscando entender as razões da criação de tal luta. Enquanto outros 44,4% (n=4), afirmaram saber somente o básico que aprenderam ao longo dos anos como professores. 0% (n=0) dos professores entrevistados responderam que só sabem o que lhes contaram ou ouviram falar sobre o assunto, a mesma quantidade respondeu que não sabe nada do assunto, trazendo um ponto muito positivo para a referida pesquisa, pois sabemos que nossos professores

conhecem a capoeira e seus benefícios, o que acarreta em um excelente desenvolvimento de nossas crianças.

O gráfico 3 representa as informações em que os professores com base nos seus conhecimentos consideram a capoeira uma boa proposta para se trabalhar dentro das escolas, sendo que 88,9% (n=8) consideram a capoeira uma boa opção de se trabalhar dentro das escolas. Outra parcela de 11,1 (n=1) se declararam como indiferente. Nenhum dos participantes respondeu que a capoeira não é uma boa proposta para se trabalhar dentro das escolas.

Gráfico 3 - A capoeira é ou não uma boa proposta para se trabalhar nas escolas



■ Sim, é uma boa proposta ■ Não, ela não é uma boa proposta ■ Indiferente ■

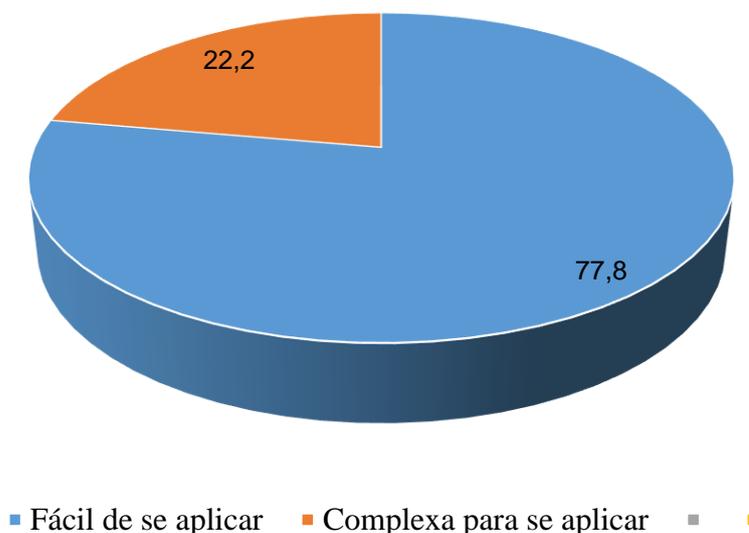
Fonte: Os autores, 2022.

Segundo Souza e Oliveira (2001) a capoeira é um conteúdo que pode ser contemplado na escola pelos vários enfoques, que possibilitam a luta, a dança, a arte, o folclore, o esporte, a educação, o lazer e o jogo. Se deve trabalhar globalizadamente deixando o aluno identificar – se com os aspectos que mais se convier.

Os mesmos autores ainda ressaltam que o ensino da capoeira não deve ser somente na técnica de aprender certa luta ou esporte, a aprendizagem deve ser acompanhado com todos os elementos que agregam a sua cultura como a sua história, origem e evolução ao longo dos tempos, fazendo que ao mesmo tempo na aprendizagem da capoeira o aluno tenha integração com outras disciplina do contexto escolar, a fim de que o aluno tenha inteira participação no contexto da capoeira.

Foi indagado para os entrevistados qual a opinião deles perante a complexidade da capoeira para aplicar para as crianças onde 77,8% (n=7) responderam que não acham que ela seja uma luta que se tenha muita dificuldade para se aplicar nas escolas para as crianças, enquanto outra parcela de 22,2 (n=2) relataram que em sua opinião a capoeira seria muito complexa para ser aplicada as crianças na escola, conforme exposto no gráfico 4.

Gráfico 4 - Capoeira fácil ou complexa para aplicar as crianças



Fonte: Os autores, 2022.

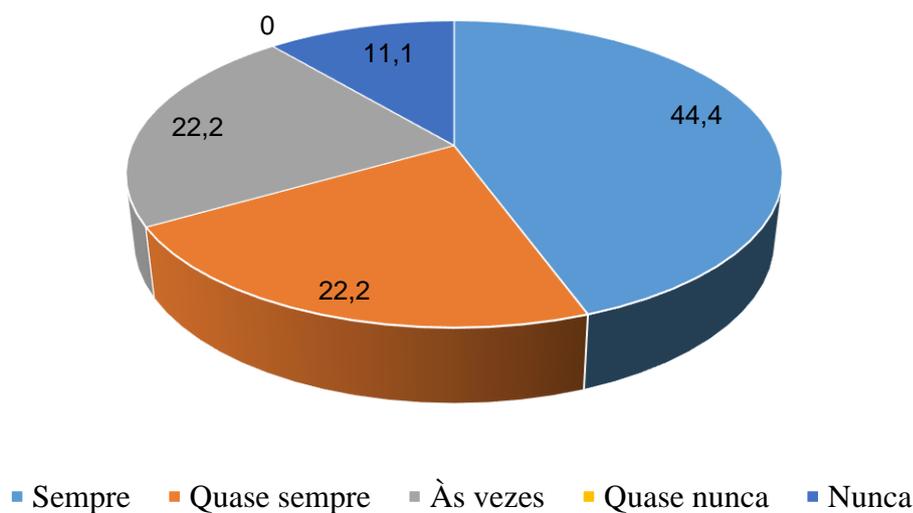
Segundo Pereira (2004), diz que “a capoeira é aceita com facilidades pelos alunos e os avanços de comportando são rapidamente notáveis, tanto no ambiente escolar, quanto no familiar, tendo uma aprendizagem imediata”.

O mesmo autor ainda afirma que a prática da capoeira se faz necessária para contribuir no desenvolvimento físico e motor, desenvolvendo seus movimentos e com o resultado aumenta a expressão corporal, tendo uma contribuição com a sua vida social e o melhor conhecimento corporal.

A nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prevê que as lutas do Brasil sejam passadas nas aulas de Educação Física Escolar para o 6º e 7º ano do ensino fundamental. Foi questionado para os participantes da pesquisa se em suas aulas é utilizado alguma luta previstas na bncc onde 44,4% (n=4) responderam que sempre aplicam alguma modalidade de luta que está prevista, outros 22,2% (n=2) afirmaram

que quase sempre aplicam, a mesma quantia disse que as vezes optam em utilizar alguma luta em suas aulas. Enquanto que uma parcela de 11,1% (n=1) respondeu que nunca aplica em suas aulas as lutas que esta na nova BNCC. Os dados são apresentados no gráfico 5.

Gráfico 5 - Aplicação das lutas previstas na BNCC nas aulas de Educação Física



Fonte: Os autores, 2022.

A BNCC define as lutas como disputas corporais, nas quais os participantes empregam técnicas, táticas e estratégias específicas para imobilizar, desequilibrar, atingir ou excluir o oponente de um determinado espaço, combinando ações de ataque e defesa dirigidas ao corpo do adversário. Dessa forma, além das lutas presentes no contexto comunitário e regional, podem ser tratadas as lutas brasileiras (capoeira, huka-huka, luta marajoara etc.), bem como lutas de diversos lugares do mundo como o (judô, aikido, jiu-jítsu, muay thai, boxe, chinês boxing, esgrima, kendo etc) (BRASIL, 2018, p. 220).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os educadores ao trabalharem em suas aulas conteúdos oferecidos pela capoeira, estão utilizando uma excelente ferramenta de desenvolvimento dos seus alunos, mais especificadamente no que se refere ao desenvolvimento motor. Através

da capoeira é possível trabalhar o corpo como um todo, pois seus movimentos exigem que todas as partes corporais sejam acionadas durante a sua execução.

Através da opinião dos professores quanto a utilização da capoeira nas aulas de educação física escolar foi possível verificar que a capoeira é considerada pela maioria dos professores uma boa proposta para se trabalhar dentro das escolas. Pode-se perceber que a capoeira é muito bem utilizada pelos professores, onde se aplicada de maneira correta e constante o professor consegue perceber a cada aula a evolução de seus alunos nos padrões físicos e motores, sem falarmos na melhora de comportamento em sala de aula e convívio com seus familiares. É notório também que uma grande parte dos professores buscou conhecer mais sobre a história da capoeira, buscando saber mais sobre sua origem importância desta arte que é nossa, que é brasileira, o que favorece ainda mais os alunos que terão professores bem-informados o que resultara em uma evolução muito significativa dos seus alunos.

Sugere-se que novos estudos sejam realizados em cima desse tema que enfatizem a melhora que a capoeira trás para seus praticantes, aprofundando os conhecimentos sobre a capoeira e seu papel em todos os aspectos que promovem um bom desenvolvimento, assim sendo servido como aporte de conhecimento para os interessados dentro da área.

REFERÊNCIAS

BONFIM, Genilson César Soares. **A prática da capoeira na educação física e sua contribuição para a aplicação da lei 10.639 no ambiente escolar: a capoeira como meio de inclusão social e da cidadania.** Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), v. 12, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum**, Brasília: MEC, 2018.

CAMPOS, Helio. **Capoeira Regional: a escola de Mestre Bimba.** EDUFBA. 2009.
CAMPOS, Helio. **Capoeira na escola.** EDUFBA, 2001.

DE SOUZA, Sérgio Augusto Rosa; DE OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli. Estruturação da capoeira como conteúdo da educação física no ensino fundamental e médio. **Journal of Physical Education**, v. 12, n. 2, p. 43-50, 2001.

FONTOURA, Adriana Raquel Ritter; DE AZEVEDO GUIMARÃES, Adriana Coutinho. História da capoeira. **Journal of Physical Education**, v. 13, n. 2, p. 141-150, 2002.

FRANÇA, Hellyfelethe Alves. **Os benefícios da capoeira para os alunos do peti (programa de erradicação do trabalho infantil) do baixio do tamanduá.** p. 53, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed-Atlas, São Paulo, 2002.

LACERDA, Fernando Fernandes. **Capoeira angola nas aulas de educação física.** p. 14, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa. **São Paulo: Atlas**, v. 205, p. 88, 1996.

LEME, Adineia. **A capoeira e a legislação de 1890.** p. 3, [s. d.].

LISBOA, Alessandra Ramos Martignoni; GODOY, Sandro Marcos. **O trabalho escravo no Brasil.** p. 14, [s. d.].

NATIVIDADE, Lindinalvo. A capoeira nas aulas de educação física nas escolas municipais de Barra Mansa: hoje um passo, amanhã uma caminhada. **Revista Digital, Buenos Aires**, v. 10, n. 94, 2006.

OLIVEIRA, Saulo Bonfim de; REIS FILHO, A. Ensino de lutas na escola: elemento pedagógico ou estímulo à violência. **Lecturas: Educación Física y Deportes, Revista Digital, Buenos Aires**, v. 18, n. 180, 2013.

PAIM, Maria Cristina Chimelo; PEREIRA, Érico Felden. Fatores motivacionais dos adolescentes para a prática de capoeira na escola. **Motriz. Journal of Physical Education. UNESP**, p. 159-166, 2004.

REIS, Viviane Cristina dos. **A ludicidade na iniciação da capoeira na infância.** 2012. RIBEIRO, Alysson Diego; JUNIOR, José Silva; SEDORKO, Clóvis M. A capoeira como conteúdo da educação física nos anos iniciais do ensino fundamental. **Trabalhos de Conclusão de Curso-Faculdade Sant'ana**, 2016.

RUFINO, Luiz Gustavo Bonatto; DARIDO, Suraya Cristina. **O ensino das lutas na escola: possibilidades para a educação física.** Penso Editora, 2015.

VIDAL, Rafael Gemin. Influência da prática da capoeira no nível de flexibilidade. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, v. 25, n. 272, 2021.

CRIMINALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER: DEBATE ACERCA DA LEI Nº 14.188, DE 28 DE JULHO DE 2021

Andre Pedroso Kasemirski
Daiane Corrêa da Silva

RESUMO: Nos últimos anos o debate acerca da violência doméstica foi além da violência física, a atenção à violência psicológica intensificou-se, até que em 28 de julho de 2021 a Lei 14.188/21, veio para criminalizar a violência Psicológica contra a mulher. Assim problematiza-se, quais os principais impactos que a criminalização da violência psicológica contra a mulher pela Lei 14.188/21, trará a sociedade. Por intermédio do método dedutivo, ao qual corresponde à extração discursiva do conhecimento a partir de premissas gerais aplicáveis a hipóteses concretas e das técnicas de levantamento bibliográfico, parte-se da hipótese, de que a Lei 14.188/21 é um progresso, embora, ainda existe ineficácia quanto a aplicação na prática, para resolver o problema da violência psicológica contra a mulher.

16

PALAVRAS-CHAVE: Violência Psicológica. Conflito de normas. Repercussões jurídicas.

ABSTRACT: In recent years, the debate on domestic violence has gone beyond physical violence, attention to psychological violence has intensified, until on July 28, 2021, Law 14.188/21, came to criminalize Psychological violence against women. Thus, it is problematized, what are the main impacts that the criminalization of psychological violence against women by Law 14.188/21 will bring to society. Through the deductive method, which corresponds to the discursive extraction of knowledge from general premises applicable to concrete hypotheses and bibliographic survey techniques, it starts from the hypothesis that Law 14.188/21 is a progress, although, still there is inefficiency regarding the application in practice to solve the problem of psychological violence against women.

KEYWORDS: Psychological Violence. Conflict of norms. Legal repercussions.

1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra a mulher é um fenômeno complexo que vem ganhando espaço para importantes discussões teóricas, filosóficas e até mesmo, questionamentos ético-políticos. No Brasil, enraizado com uma cultura patriarcal e machista, se busca por posturas de legitimação e banalização de tais violências que as legislações recentes buscam superar, através de leis para criminalizar tais atos, como é o caso da Lei 14.188, de 29 de julho de 2021 que incluiu no Código Penal o crime de violência psicológica contra a mulher.

Essas leis, voltadas à violência contra o gênero feminino, traz inovações jurídicas e processuais que pretendem empreender mudanças legais, políticas e culturais na afirmação dos direitos humanos das mulheres. Diante deste cenário, buscando analisar a mais recente lei de proteção as mulheres, problematiza-se, quais os principais impactos que a criminalização da violência psicológica contra a mulher pela Lei 14.188/21, trará a sociedade?

Estabelece como ponto inicial há hipótese de que a Lei 14.188/21 é um progresso, embora ainda, existe ineficácia quanto a aplicação na prática para resolver o problema da violência psicológica contra a mulher. A grande questão é como materializar a conduta criminosa que causa o dano à saúde da mulher e como provar uma lesão psíquica. Parece simples num primeiro olhar, entretanto, tem-se imensas discussões do aparente conflito de normas da criminalização da violência Psicológica no ordenamento jurídico brasileiro.

Esta pesquisa está pautada na seara penal, em que nos últimos anos aumentou os debates acerca da violência doméstica, muito além da física voltou-se a atenção a violência psicológica, daí se extrai a importância da criminalização dos atos atentatórios a saúde mental. A metodologia a ser utilizada será através do método dedutivo e pela técnica de pesquisa bibliográfica.

Para uma melhor compreensão o presente trabalho foi dividido em três subtítulos. No primeiro subtítulo, trata-se do panorama da violência contra a mulher no Brasil, de forma breve e histórica, traz a compreensão de como as dinâmicas de poder que influenciam diretamente a vida das mulheres, principalmente pelas diversas formas de violência de gênero, assim como a criação de leis para incumbir essas violências, em especial a Lei Maria da Penha. O segundo subtítulo, trata-se da Lei nº 14.188/21 e a criminalização da violência psicológica, em que apresenta as repercussões jurídicas da Lei 14.188/21 na esfera criminal, que promulgou e criminalizou a violência psicológica no artigo 147-B do Código penal. Por fim, no terceiro subtítulo, apresenta as discussões a respeito de aparente conflito de normas acerca da criminalização da violência psicológica no ordenamento jurídico brasileiro.

2 PANORAMA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL

A violência está se tornando mais um fenômeno social que afeta governos e populações, tanto na esfera global quanto localmente, nos setores público e privado, com sua definição mudando constantemente à medida que várias atitudes e comportamentos passaram a ser considerados como formas de violência (JESUS, 2014, p.54).

A violência contra a mulher é um dos males sociais mais divulgados, com maior visibilidade nas últimas décadas em todo o mundo. Como resultado de seu impacto devastador na saúde e cidadania da mulher, as políticas públicas têm se tornado cada vez mais procuradas por membros de diversos setores da sociedade, particularmente o movimento feminista. De acordo com Jesus (2014, p. 57), é um problema complexo, e sua solução requer a combinação de vários serviços, necessitando de uma quantidade significativa de trabalho em rede.

Segundo Moraes e Ribeiro (2012, p.7), na década de 1980, desencadeou-se uma série de ações, por meio de conferências e encontros ao redor do mundo, impulsionando a criação de uma agenda pública internacional de combate à violência contra a mulher na década de 1990, com o objetivo de desenvolver instrumentos e implementar políticas para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra as mulheres.

Neste mesmo período, no Brasil houve a criação das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher - DEAMs, onde ainda hoje, são consideradas uma inovação institucional brasileira na área da violência, com importante repercussão em outros países da América Latina. As DEAMs personalizaram os seus atendimentos e reduziram com isso o receio que muitas mulheres tinham de ir à polícia. De acordo com Souza e Cortez (2014, p.2), as Deams são um marco na luta feminista, pois concretizam o reconhecimento da violência doméstica contra a mulher como crime e responsabilizam o poder público pela implementação de políticas que possibilitem o combate a esse fenômeno.

As instituições que apoiam vítimas de violência podem ser encontradas em todo o Brasil, tudo o que é necessário, é entrar em contato com o conselho estadual ou a polícia local em cada estado para saber sobre os tipos de serviços, como os serviços de apoio e abrigos para mulheres (JESUS, 2014, p.58).

Apesar de a atual Constituição ser de 1988, foi só em 1995 que foi promulgada uma lei para proteger as mulheres da violência doméstica, chamada de leis de proteção 9.099. Segundo Muszkat e Muszkat (2016, p.2), tratava-se de uma lei a ser aplicada por Juízes Criminais Especializados, e não considerou a prisão do agressor porque a violência contra a mulher ainda era considerada como tendo menor potencial de dano, exceto em casos de homicídio ou lesão corporal grave. Essa lei sustentou outras disposições do Código Penal.

A referida lei conhecida como 9.099, estabeleceu detenções de curto prazo, sendo o máximo de três meses, e que poderiam ser substituídas por punições alternativas ou penalidades monetárias, o que, na maioria dos casos, correspondia ao pagamento do valor de uma cesta básica ao Estado. (MUSZKAT; MUSZKAT, 2016, p.6).

Salienta-se ainda, que de acordo com Jesus (2014, p. 58), uma vez concluída a alternativa pena, ela não serve como um impedimento para futuros ataques. Assim necessitando de leis e punições mais severas para minimizar de forma efetiva esse problema.

Diante dessas circunstâncias, os movimentos feministas começaram a lutar por uma legislação que concedesse direitos e moral às vítimas, o que eles conseguiram em 2006 com a aprovação da Lei Maria da Penha. Esse nome foi dado a ela em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, que lutou contra seu agressor por vinte anos (JESUS, 2014, p.57).

Assim, teve-se a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340 de 7 de agosto de 2006) a qual suscitou uma série de discussões sobre sua constitucionalidade, pois alguns afirmaram que, ao focar nos direitos das mulheres, violaria o princípio da isonomia, excluindo homens que também sofrem violência doméstica perpetrada por parceiros ou familiares. Para resolver tal impasse, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ajuizou uma Ação Declaratória de Constitucionalidade e, em fevereiro de 2012, o Superior Tribunal Federal - STF referendou por unanimidade a validade da lei, diminuindo assim, críticas a respeito (SOUZA; CORTEZ, 2014, p. 04).

O estabelecimento de medidas de proteção e assistência à mulher, bem como a punição e a possibilidade de reeducação dos agressores, fizeram da Lei Maria da

Penha um dos marcos mais importantes no combate à violência contra a mulher. Segundo as especificações desta lei, a violência contra a mulher deve ser combatida por meio da tríade prevenção-assistência-repressão (SOUZA; CORTEZ, 2014, p, 6).

Em termos mais gerais, uma inovação significativa da Lei Maria da Penha é que busca abordar o problema da violência doméstica como um todo, e não apenas a imposição de uma pena mais dura ao agressor. De acordo com Cerqueira *et al* (2015, p.07), como resultado, a nova legislação disponibilizou um conjunto de ferramentas para viabilizar a proteção e acolhimento da vítima. Ao mesmo tempo em que a isolou do agressor, desenvolvendo mecanismos para garantir a assistência social da vítima.

Além disso, a lei estabeleceu mecanismos de proteção dos direitos patrimoniais e familiares da vítima, bem como sugestões para melhorar a qualidade e a efetividade dos serviços jurídicos. Também estabeleceu instituições para tratamento agressor. Segundo Calazans e Cortes (2011, p.2), dez serviços e medidas protetivas foram considerados na legislação.

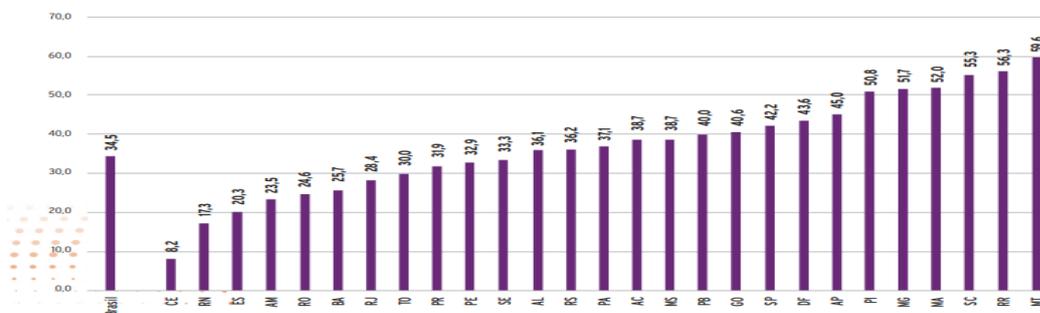
Não tem como se negar que a Lei Maria da Penha foi uma iniciativa muito boa e necessária à época. Entretanto, na prática, infelizmente totalmente ineficaz, quando observada efetivamente a vítima em necessidade de proteção, é necessário ser reformulada tendo como base os relatos das vítimas, já que são elas que provam todos os dias que o grito de socorro, na maioria das vezes é mais uma voz silenciada. A Lei Maria da Penha completou 15 anos em 2021, e o contexto não deixa dúvidas sobre a urgência de sua revisão (NASCIMENTO, 2021, p.3).

Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU (2021, p.1), o Brasil ocupa o 5º lugar, entre 84 países, no ranking dos que mais matam mulheres em decorrência da violência doméstica. Conforme mostra o 15º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 1.350 mulheres brasileiras foram assassinadas pelo fato de serem mulheres em 2020, já em relação às agressões registradas como lesão corporal dolosa, contabilizou 230.160 registros. Em comparação com países desenvolvidos, aqui se mata 48 vezes mais mulheres que o Reino Unido, 24 vezes mais que a Dinamarca e 16 vezes mais que o Japão ou Escócia

No Brasil, as maiores vítimas do feminicídio são negras e jovens, com idade entre 18 e 30 anos. De acordo com os últimos dados do Mapa da Violência, a taxa

de assassinato de mulheres negras aumentou 54% em dez anos. O número de crimes contra mulheres brancas, em compensação, caiu 10% no mesmo período. Para uma melhor compreensão do tamanho do problema que a violência contra a mulher se tornou no Brasil, verifica-se os dados no gráfico a seguir:

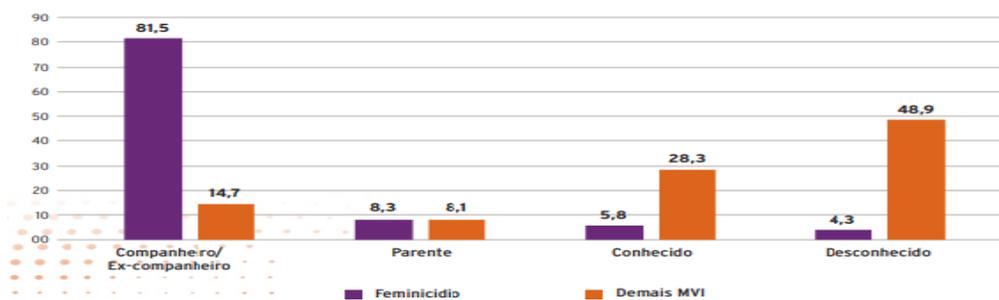
Gráfico 1 - Proporção dos homicídios femininos classificados como feminicídios.



Fonte: Bueno, Bohnenberger, Sobral (2021, p.95).

Ao verificar-se a grande variação entre os estados, fica evidente que o problema da violência contra a mulher atinge todo o território brasileiro. Salienta-se ainda, que os dados de feminicídio indicam que 81,5% das vítimas foram mortas pelo parceiro ou ex-parceiro íntimo, mas se considerar também os demais vínculos de parentesco temos que 9 em cada 10 mulheres vítimas de feminicídio morreram pela ação do companheiro ou de algum parente (BUENO, BOHNENBERGER, SOBRAL (2021, p. 96). Conforme demonstrado a seguir:

Gráfico 2 - Feminicídios e demais mortes violentas intencionais de mulheres, por relação entre vítima e autor, 2020.



Fonte: Bueno, Bohnenberger, Sobral (2021, p.96).

A diferença mais significativa na comparação entre os feminicídios e os demais assassinatos de mulheres se dá em relação ao instrumento empregado. Enquanto armas de fogo respondem por 64% de todos os demais assassinatos de

mulheres, semelhante à média nacional, a maioria dos crimes de feminicídio ocorrem com a utilização de armas brancas. Segundo Bueno, Bohnenberger, Sobral (2021, p.96), este fato não é novo e reforça um elemento central para compreensão do feminicídio, que ocorre principalmente em decorrência de violência doméstica, sendo o resultado final, muitas vezes a morte dessas vítimas.

Diante desses dados, é evidente que a Lei Maria Da Penha apesar de ter sido um grande avanço no combate a violência contra a mulher, e ainda ser o principal alicerce nessa luta, não foi totalmente eficaz para erradicar os diferentes tipos de violência contra a mulher, o qual é um grande mal a ser combatido, diante de suas várias faces, onde não deixa apenas marcas físicas mais também psicológicas. A qual tratar-se-á no próximo subtítulo.

3 LEI Nº 14.188/21 E A CRIMINALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

Como apresentado no capítulo anterior, a Lei Maria da Penha, lista as muitas formas de violência que podem ser usadas contra a mulher em sua linguagem, uma dessas formas é a violência psicológica, muitas vezes conhecida como "agressão emocional" (AGENCIA SENADO, 2021, p.2). A linguagem jurídica define como sendo condutas que causam danos emocionais em geral ou atitudes que tenham o objetivo de limitar ou controlar suas ações e comportamentos por meio de ameaças, confinamento, humilhação, chantagens e outras ações que prejudiquem o seu bem-estar psicológico.

Um dos problemas dessa violência é que, de acordo com o Dossiê Mulher (2022, p.96), muitas mulheres e o seu círculo social não percebem que estão sendo vítimas de violência psicológica, muitas vezes, só percebendo quando esse fenômeno se manifesta de modo mais explícito, uma vez que, certas condutas tendem a ser naturalizadas, tais como a regulação de seus modos de agir, falar, pensar e sentir.

Em 29 de julho de 2021, o presidente Jair Bolsonaro sancionou sem vetos a Lei 14.188/21 a qual inclui no Código Penal o crime de violência psicológica contra

a mulher, trata-se do artigo 147-B¹. Mesmo já sendo previsto na Lei Maria Da Penha, ainda não havia sido detalhadamente tipificada. Eluf (2021, p.01), acrescenta que faltava descrever melhor a modalidade "violência psicológica", onde, muitas vezes, em casos de violência doméstica as Varas de Violência Doméstica - VD tentaram utilizar essa modalidade como "ataques psicológicos" mas nunca conseguiram por falta de um tipo penal que detalhasse com segurança a conduta do acusado.

A Lei 14.188, de 2021 vem a ser atribuída a quem causar danos emocionais a uma mulher e interromper seu desenvolvimento, ou que busca degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões. O crime pode ocorrer através de ameaça, confinamento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de viajar e viver, ou qualquer outro método. A pena é de seis meses a dois anos de prisão e multa (AGENCIA SENADO, 2021 p.2).

Para Bomfim e pessoa (2021, p. 246), uma importante ajuda, até mesmo para a conscientização das violências doméstica é a campanha Sinal Vermelho, o qual é um recurso silencioso de denúncia contra violência doméstica. Onde com apenas um "X" na palma da mão, a vítima pode pedir socorro em qualquer estabelecimento comercial, devendo o atendente chamar a polícia.

[...] com a Lei 14.188/21, o Sinal Vermelho virou programa nacional. Como a única forma que algumas vítimas possuem para denunciar os maus tratos ou violência sofridas, a apresentação de um "X" na palma da mão de mulheres, preferencialmente na cor vermelha, em estabelecimentos comerciais privados que possuírem parceria com quaisquer dos órgãos de segurança pública, deve ser reconhecido como denúncia à violência, devendo o funcionário de tais estabelecimentos acionar o órgão competente para salvar a vítima.

De acordo com Oliveita (2021, p.2), vale salientar, que além da criação deste novo crime, a nova Lei agravou a pena do crime de lesão corporal praticada contra a mulher por razões do gênero feminino, para reclusão de 1 a 4 anos. E para fechar a real intenção de tolerância zero em relação ao agressor, a Lei ainda instituiu o artigo

¹Art. 147-B. Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação.

12-C² na Lei Maria da Penha, o qual permite a remoção do lar, domicílio ou local de residência da vítima, se houver uma ameaça atual ou iminente à vida da vítima ou integridade física e psicológica

Para Fernandes *et al* (2021, p.2), trata-se de uma nova lesão corporal leve, com a vítima sendo uma mulher ferida em ambiente doméstico ou familiar, bem como preconceito, menosprezo ou discriminação sexual. Inclui-se a agressão do padrão direcionado a empregados domésticos ou qualquer pessoa temporariamente designada para uma unidade doméstica.

Na atualidade, muito se discute no que tange ao aumento do ciclo da violência contra a mulher, e a necessidade da criminalização da violência psicológica e a sua aplicação no corpo social, desmistificando a parte probatória. Para Osaik (2021, p.3), é um grande avanço na legislação, haja visto, que a ausência de uma tipificação concreta levava ao prejuízo da não responsabilização criminal dos agressores.

Essa Lei, vem para criminalizar o que é previsto no artigo 7º, II³, da Lei Maria da Penha, marcado principalmente pela relação desigual de poder entre o autor e vítima. Ficando evidente que não há violência doméstica sem violência psicológica, onde agressor a conduz à submissão, causando-lhe dependência emocional (OSAIK, 2021, p.4).

²Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida: (Redação dada pela Lei nº 14.188, de 2021).

I - Pela autoridade judicial; (Incluído pela Lei nº 13.827, de 2019).

II - Pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou (Incluído pela Lei nº 13.827, de 2019).

III - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia. (Incluído pela Lei nº 13.827, de 2019).

§ 1º Nas hipóteses dos incisos II e III do caput deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente. (Incluído pela Lei nº 13.827, de 2019).

§ 2º Nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso. (Incluído pela Lei nº 13.827, de 2019).

³Artigo 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

Apesar de, nos dias de hoje, parecer ser evidente que a violência psicológica deve ser punida, ainda não se tinha uma figura delitiva o que acabava por exigir uma interpretação extensiva de certos crimes existentes em busca da punição do autor da violência, baseando-se em outros crimes. Assim, o crime do artigo 147-B pontuou a questão (OLIVEIRA, 2021, p.1).

Segundo o mesmo autor, Oliveira (2021, p.3), já existia toda uma dinâmica de atendimento da mulher em casos de violência, pela autoridade policial desde a Lei Maria da Penha, com a adoção em imediato de providências legais, a citar: atendimento especial, proteção policial, concessão de medidas protetivas de urgência. Mas, este artigo 12-C acrescentou, taxativamente, a possibilidade de afastamento do local de convivência, de modo a não deixar brechas para que o agressor tente se manter próximo à vítima.

A violência psicológica é muito frequente. No Mapa da Violência 2015 se pode observar que em 2014 a violência psicológica correspondia a 23% dos atendimentos de mulheres vítimas de violência em unidades de saúde de todo o Brasil. E na pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, tem-se que a violência psicológica era preponderante entre as vítimas mulheres, superando até mesmo a violência física, com 1.164.159 incidências (RAMOS; ROSA, 2021).

Dados mais recentes, apontam que a população brasileira maior de idade em 2019 era composta por 159,17 milhões de pessoas, segundo a pesquisa Nacional De Saúde - PNS, que se baseou em uma amostra de 108 mil domicílios em todo o País, desses, 29,1 milhões de pessoas com 18 anos ou mais que é o equivalente a 18,3% foram vítimas de algum tipo de agressão nos 12 meses anteriores à entrevista. Desse grupo, 27,6 milhões sofreram violência psicológica (AGENCIA SENADO, 2020, p.2).

O levantamento apontou ainda que, entre as vítimas, as mulheres são a maioria. E das pessoas que se declararam pretas e pardas também estiveram entre as maiores vítimas de agressão, os dados ainda revelam, que a maior parte dos agressores são pessoas conhecidas.

Ainda em relação a dados estatísticos anterior a Lei 14.188, de 2021, mais que se enquadra nos termos, a violência Psicológica, tem-se que no Estado do

Paraná foram registradas 27.881 ocorrências de violência doméstica contra mulher nos primeiros seis meses de 2021, um aumento de 1% se comparado ao mesmo período de 2020, com 27.622 casos. O número de pessoas detidas em 2021 por violência doméstica contra mulher no Paraná foi de 3.968, sendo por prisão, cumprimento de mandado, ou apreensão de menor em flagrante (AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS, 2021, p.2).

Segundo Leite (2022, p.01), dados divulgados pelo projeto “Justiceiras” 8 em cada 10 vítimas de violência contra a mulher sofreram abusos psicológicos na pandemia. Do total de atendimentos realizados pelo projeto entre março de 2020 e março de 2022, 3.934 mulheres em situação de risco, o equivalente a 45,1% dos atendimentos, fizeram seu primeiro pedido de socorro ao Justiceiras. Não procuraram outras instituições oficiais que poderiam fazer a acolhida das vítimas, tais como as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAMs, Delegacias de Defesa da Mulher – DDMs e Polícia Militar – PM.

As mulheres acolhidas relataram diferentes tipos de violência, entretanto, a violência psicológica ficou com um alto índice de 82,96% dos casos, seguido pela violência física com 59,06%, sexual 52,48% e patrimonial 68,59%, e na maioria das vezes, dentro da própria casa 74,89% dos casos. (LEITE, 2022, P.01).

De acordo com Leite (2022), através nos dados divulgados pelo projeto “Justiceiras”, foi possível traçar um perfil dessas vítimas, como demonstrado no Figura 1.

Figura 1 - Perfil de vítimas de violência.

- **Atendimentos:** 9.483
- **Período:** março/2020 a março/2022
- **Locais:** 26 estados brasileiros, Distrito Federal e outros 27 países
- **Tipos de violência:**
 - ameaça:** 54,3%
 - violência psicológica:** 82,96%
 - violência física:** 59,05%
 - violência sexual:** 52,48%
 - violência patrimonial:** 68,59%
- **Locais das agressões**
 - casa da vítima:** 74,92%
 - redes sociais:** 7,04%
 - outros:** 8,83%
- **idade das vítimas**
 - até 15 anos:** 252 vítimas
 - entre 16 e 20 anos:** 475 vítimas
 - entre 21 e 30 anos:** 2.392 vítimas
 - entre 31 e 40 anos:** 3.009 vítimas
 - entre 41 e 50 anos:** 1.617 vítimas
 - mais de 51 anos:** 650 vítimas
- **cor**
 - Branca:** 48,74%
 - Amarela:** 2,44%
 - Preta:** 12,3%
 - Parda:** 34,08%
 - Indígena:** 0,71%
 - Não respondido:** 1,73%

Fonte: Leite (2022, p.02).

Os dados demonstram ainda que, apesar da violência de gênero estar em todas as classes, a maior parte das mulheres atendidas tem baixa renda.

Segundo Rumpel e Dutra (2021, p.2),

A violência de gênero constitui um padrão específico de violência que se amplia e reatualiza na proporção direta em que o poder masculino é ameaçado. Podendo revestir-se de diversas formas, tanto físicas, como psicológicas, econômicas, sexuais ou de discriminação sociocultural, esta forma de violência é considerada, nacional e internacionalmente, como uma das mais graves violações do direito à vida, segurança, liberdade, dignidade e integridade física e mental daquelas que são as suas vítimas, e, por consequência, um entrave ao funcionamento de uma sociedade democrática, baseada no Estado de direito.

Diante desse imenso problema, a nova legislação, vem para apaziguar, entretanto, ainda se discute acerca da produção probatória, uma vez que, o texto legislativo é aberto. O crime é consumado mediante dano emocional à saúde da vítima. Onde, para a devida comprovação da materialidade, a existência do delito, deverá ser feito mediante depoimento da vítima, de testemunhas, relatórios psicológicos e/ou atendimentos médicos, que possam demonstrar o impacto do dano emocional no seu abalo da saúde psicológica (OSAIK, 2021, p 4). Assim, não se tratando de dano psíquico, é dispensável laudos técnicos.

Com a nova Lei, a legislação brasileira inovou ao incluir um tipo penal específico para punir a prática da violência psicológica contra a mulher, devendo ser reconhecido o progresso, entretanto, a punição ainda é branda para o agressor, sendo esta desproporcional ao crime, ao qual possui tantas formas e consequências gravíssimas. Na prática a aplicação dessa pena não favorece a vítima, onde devia-se essa, ser assistida por uma rede de apoio e amparo social, desde, psicólogos, psiquiatras e médicos juntamente com os meios jurídicos gratuitos (BOMFIM E PESSOA, 2021, P.254).

A violência psicológica deixa sequelas graves quanto as demais, e a mulher que é vítima sempre permanece em estado de alerta. Dessa forma, salienta-se que o dano emocional já sofrido pela ofendida, mediante humilhações, sofrimentos, ferem a dignidade e valor da mulher, diante disso, deve buscar-se não incidir em revitimizações na fase investigatória e judiciária e que o processo ocorra nos ditames da Lei, evitando conflito de normas.

4 CONFLITO APARENTE DE NORMAS DA CRIMINALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

As contradições verificáveis entre as distintas partes constitutivas de um sistema jurídico vêm sendo objeto de reflexão, debatendo-se os critérios tradicionalmente adotados pela doutrina para a solução dessas antinomias⁴, ao se tratar da Lei Lei 14.188, de 2021 não foi exceção, muito se repercutiu a respeito do conflito aparente de normas da criminalização da violência psicológica no ordenamento jurídico brasileiro.

Para Garcia (2015, p. 285), pontua-se que:

No plano normativo, a existência de duas ou mais disposições que, perante as mesmas circunstâncias de fato, estabeleçam consequências jurídicas incompatíveis entre si, inviabilizando a sua coexistência no sistema, indica a presença de uma antinomia jurídica. As antinomias, ao refletirem duas ou mais soluções possíveis sob a forma de contradição, podem ocorrer entre quaisquer espécies normativas, ainda que distintas sejam as fontes, bastando sejam reconhecidas a sua força normativa e a impossibilidade de coexistirem.

Entretanto, o ordenamento jurídico brasileiro não permite tal conflito, sendo forçosamente harmônico, diante de tal premissa, o conflito sempre será aparente e não real, por assim chamar, conflito aparente de normas. Como a ciência jurídica procura conhecer o direito como um todo, em proposições isentas de contradição lógica, através do pressuposto de que os conflitos normativos podem e devem ser resolvidos pela via interpretativa (DINIZ, 1996, p.19).

Assim, os conflitos expostos a seguir, serão todos conflitos aparente entre a Lei 14.188, de 2021 e os demais dispositivos legais. A primeira análise se faz entre o artigo 147-B no Código Penal da nova Lei e o artigo 7º, II, da Lei Maria da Penha, ambos são uma das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher e preveem a violência psicológica em seu texto. Embora, a Lei Maria da Penha contemple a violência psicológica no artigo 7º, inc. II, até a entrada em vigor da Lei nº 14.188/2021 não havia tipo penal correspondente, por isso era contraditório incluir expressamente essa forma de violência em uma das leis mais importantes do país,

⁴ Termo de origem grega resultante da união de anti (contraposto a) e nomos (norma), significando a “contra- posição entre normas” (GARCIA, 2015, p.285).

excluindo, e por outro lado a conduta correspondente não constituir um crime, um ilícito penal (FERNANDES; ÁVILA; CUNHA, 2021, p.04).

Assim, para Davila e Tolfo (2021, p.2), apesar da violência psicológica estar prevista e amplamente conceituada na Lei Maria da Penha, caso a mulher sofresse o dano emocional, não se poderia julgar e penalizar aquele que cometesse tal ato, configurando-se uma lacuna no ordenamento jurídico. Logo, a conduta que é criminalizada é causar dano emocional à mulher, sendo assim, um crime próprio em relação ao sujeito passivo, sendo vítima a mulher. Portanto, com a nova Lei nº 14.188/2021, a previsão legal proporciona uma margem de interpretação sobre o meio executado para causar o dano psicológico, podendo ser qualquer outro meio, desde que prejudique a saúde psicológica e autodeterminação dessa vítima. Em nada prejudicando ou interferindo no artigo 7º, II, da Lei Maria da Penha.

Outro ponto que houve grande discussão, foi em relação a qualificadora da lesão corporal cometida contra a mulher por razões da condição do gênero feminino, tendo-se um aparente conflito entre os § 13º e § 9º do próprio artigo 129 do Código Penal e advento da Lei 14.188/21. Onde, no § 9º do artigo 129 do Código Penal, trata-se de uma modalidade de crime qualificado de lesão corporal leve, que seja praticada em situação de violência doméstica. Notando-se que essa qualificadora também será aplicada somente nos casos de lesões leves, pois se as lesões forem graves, gravíssimas ou seguidas de morte haverá tipificação específica nos § 1º, § 2º ou § 3º, do próprio artigo 129 do Código Penal (CABETTE, 2022, p. 02).

A lesão corporal, até o advento da Lei n. 14.188/2021, tinha duas modalidades no artigo 129 do Código Penal. A simples, punida com detenção de 3 meses a 1 ano e a qualificada, esta punida com detenção de 3 meses a 3 anos, sendo qualificada pela relação com a vítima e não pelo resultado. Com a nova Lei o artigo 129 passa a contar com mais um parágrafo (§ 13)5, trata-se de uma nova lesão corporal leve, tendo como vítima a mulher ferida em ambiente doméstico ou familiar, ou como resultado de preconceito ou discriminação com base no gênero. Porém, o STJ, por sua 6ª⁶ turma

5 Art. 129. [...]

§ 13. Se a lesão for praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 2º-A do art. 121 deste Código:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro anos).

⁶ STJ, Recurso Especial 1977124/SP (2021/0391811-0), 6ª. Turma, Rel. Ministro Rogério Schietti Cruz, j. 05.04.2022.

reconheceu essa aplicabilidade às mulheres transexuais, de forma muito mais ampla, sem exigência de alteração do registro civil ou mesmo mudança anatômica do sexo. (FERNANDES; ÁVILA; CUNHA, 2021, p.04).

Nota-se, de acordo com Cabette (2022, p.02), que é meramente aparente o conflito dessas normas, pois o artigo 129, § 9º do Código Penal prevê o crime de violência doméstica, que pode ser praticado contra vítima de qualquer gênero, homem ou mulher e o § 13º do mesmo dispositivo legal, trata-se de quando a vítima da lesão corporal for exclusivamente mulher e a agressão for baseada no gênero, situação de especial vulnerabilidade. Assim não conflitando as normas legais.

O preceito secundário do artigo 147-B do Código Penal, contém, que estão incluídas as penas de violência psicológica se a conduta não constituir crime mais grave. Como exemplo, um estupro causa graves danos emocionais, e a magnitude dos efeitos psiquiátricos sobre a vítima deve ser considerada na imposição, bem como a consideração dessa circunstância na aplicação da pena, assim admite-se a avaliação dessa circunstância na aplicação da pena-base. Contudo, é possível com o novo crime do art. 147-B venha alcançar infrações penais menos graves., a exemplo dos crimes constrangimento ilegal, ameaça, ou mesmo da contravenção penal de vias de fato, que inegavelmente é carregado de humilhação e constrangimento, uma demonstração de poder sobre a vítima (DAVILA; TOLFO, 2021, p.2).

O cenário mais delicado para a avaliação do concurso de crimes será frente ao crime de perseguição ou *stalking* pautado no artigo 147-A, já que esse crime está sujeito a ação penal pública condicionada à representação, apesar de ter uma pena maior do que a violência psicológica, devido ao aumento da pena. Isso porque o crime de perseguição requer repetição, enquanto o crime de violência psicológica não requer repetição, apenas dano emocional, enquanto o crime de perseguição não exige resultado específico, mas sim ameaça à integridade física ou psicológica, limitando a mobilidade e a privacidade da vítima (OSAIK, 2021, p.3).

Segundo Oliveira (2021, p.02), há um aparente conflito na sobreposição dos crimes, especialmente em relação à conduta de ameaçar, presente na descrição dos dois delitos. No entanto, verifica-se que crime do artigo 147-A do Código Penal, a consequência será uma ameaça à integridade física ou psicológica, enquanto, no crime do artigo 147-B do Código Penal, a ameaça será a conduta, com o resultado do

dano emocional. Portanto, o critério diferenciador dos delitos é a habitualidade e a ocorrência ou não de dano emocional.

Efetivamente, o dispositivo tem uma redação truncada e, por isso, tende a criar inúmeras dúvidas com relação a sua incidência, dificultando, assim, ao final, a proteção à mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em todo o exposto, utilizando-se do método dedutivo, corresponde à extração discursiva do conhecimento a partir de premissas gerais aplicáveis a hipóteses concretas e das técnicas de levantamento de bibliografias e legislações, confirma-se a hipótese de que a Lei 14.188/21 é um progresso, embora, ainda existe ineficácia quanto a aplicação na prática para resolver o problema da violência psicológica contra a mulher.

Ao inovar o legislador pretendeu punir a prática da violência psicológica contra a mulher, pois até então essa é branda, desproporcional a um crime que possui tantas formas e consequências gravíssimas, e que na prática para romper o ciclo dessa violência, mais que punir o agressor, a vítima precisa de acesso a uma rede de apoio, amparo social e de acesso aos meios de jurídicos gratuitos disponíveis.

Dessa forma, no primeiro capítulo, compreende que as trajetórias históricas dos movimentos de mulheres demonstram uma diversidade de pautas discutidas e de lutas empreendidas, sobretudo, a partir do século XVIII. Essas mobilizações objetivavam em especial as denúncias das violências cometidas contra mulheres no âmbito doméstico. Diante do panorama brasileiro de combate à violência contra a mulher, tem-se que o Brasil tornou referência mundial depois da Lei Maria da Penha, buscando a punição daquele que por meio de violência física ou psicológica tente se manter dominante sobre a mulher.

A partir de evolução histórica verificada, no segundo capítulo, percebe-se que nos últimos anos o debate acerca da violência doméstica foi além da violência física, a atenção à violência psicológica intensificou-se, com recentes movimentos de tipificação dos atos atentatórios à saúde mental da mulher, onde, por muitas vezes a violência psicológica exerce no aprisionamento da mulher à relação abusiva, agora

pautado na Lei nº 14.188/2021, artigo 147-B do Código Penal. Os dados verificados demonstram altos índices de violência psicológica sofrido por mulheres e que apesar da violência de gênero estar em todas as classes, a maior parte das mulheres atendidas tem baixa renda. O crime é consumado mediante dano emocional à saúde da vítima. No entanto, para a devida comprovação de materialidade, a existência do delito, deverá ser feito mediante depoimento da vítima, de testemunhas, relatórios psicológicos ou atendimentos médicos, que possam demonstrar o impacto do dano emocional no seu abalo da saúde psicológica.

Assim, após trazer a discussão sobre a Lei nº 14.188/21 e a criminalização da violência psicológica, no terceiro capítulo o conflito aparente de normas da criminalização da violência psicológica no ordenamento jurídico brasileiro, verificou-se que o dispositivo tem uma redação truncada e, por isso, tende a criar inúmeras dúvidas com relação a sua incidência, dificultando, assim, ao final, a proteção à mulher. Entretanto, no ordenamento jurídico brasileiro não permite tal conflito, sendo forçosamente harmônico, diante de tal premissa, o conflito em estudo será sempre aparente e não real, por assim chamar, conflito aparente de normas.

Por fim, tem-se que dentre os impactos que essa Lei gerou na sociedade, vê-se claramente que representa uma importante conquista do combate à violência doméstica e um constante esforço para desarraigar a cultura machista existente na sociedade, a fim de que as mulheres possam viver com dignidade e respeito. Afinal, todas precisam conhecer os tipos de violência que eventualmente possam vir a enfrentar e, se necessário for buscar o amparo legal disponível.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. Bem Paraná. 2021. **Casos de violência contra a mulher sobem 1% no primeiro semestre de 2021 no Paraná**. Disponível em https://www.bemparana.com.br/noticia/casos-de-violencia-contra-a-mulher-sobem-1-no-primeiro-semester-de-2021-no-parana#.Ymf1_WjMIdU. Acesso em 25 de abr. 2022.

BONFIM, Giullia Gama de souza; PESSOA, Cristiane Dupret Filipe. VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA: A necessidade do combate efetivo ao crime como forma de evitar a ocorrência das demais violências contra a mulher. **Anais da Mostra Científica da FESV**, v. 1, n. 12, p. 239-258, 2021.

BUENO, Samira; BOHNENBERGER, Marina; SOBRAL, Isabela. **A violência contra meninas e mulheres no ano pandêmico**. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/6-a-violencia-contra-meninas-e-mulheres-no-ano-pandemico.pdf>. Acesso em 04 de abr. 2022.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **Lesão corporal por misoginia ou violência doméstica contra a mulher**. MSJ; 2022. Disponível em <https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2022/04/25/lesao-corporal-por-misoginia-ou-violencia-domestica-contra-a-mulher/>. Acesso em 28 de abr. 2022.

CALAZANS, M.; CORTES, I. O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, C. H. (Org). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Editora Lumem Juris, 2011. Disponível em: https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2014/02/1_3_criacao-e-aprovacao.pdf. Acesso em 04 de abr. 2022.

CERQUEIRA, Daniel. MATOS, Mariana Vieira Martins. MARTINS, Ana Paula Antunes. JUNIOR, Jony Pinto. **Avaliando a Efetividade da lei Maria Da Penha**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília, março de 2015 : Rio de Janeiro : Ipea , 1990- ISSN 1415-4765. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/121603/1/81970959X.pdf>. Acesso em 04 de abr. 2022.

DAVILA, Mirelle de Almeida. TOLFO, Andreia Cadore. **A inclusão do artigo 147-b no código penal: a busca pela eficácia na proteção da mulher diante da violência doméstica**. 13º SIEPE, 2021. Disponível em <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/110994>. Acesso em 28 de abr. 2022.

Dossiê Mulher 2021 [livro eletrônico]. -- 16. ed. -- Rio de Janeiro, RJ : Instituto de Segurança Pública, 2021. -- (Série estudos ; 2) PDF.

DINIZ, Maria Helena. Conflito de normas/ Maria Helena Diniz. – 2. Ed. – São Paulo : Saraiva, 1996.

ELUF, Luiza Nagib. Novo tipo penal: **violência psicológica contra a mulher**. Escritos de mulher 2021. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2021-ago-25/escritos-mulher-tipo-penal-violencia-psicologica-contraa-mulher>. Acesso em 24 de abr. 2022.

FERNADES, Valéria Diez Scarance; ÁVILA, Thiago Pierobom de; CUNHA, Rogério Sanches. **Violência psicológica contra a mulher: Comentários à Lei n. 14.188/2021**. 2021. Disponível em <https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2021/07/29/comentarios-lei-n-14-1882021/#:~:text=Penal%2C%20Leis%20comentadas-,Viol%3%AAnca%20psicol%3%B3gica%20contra%20a%20mulher%3A%20coment%3%A1rios%20%3%A0%20Lei%20n,14.188%2F2021&text=No%20dia%2028%2F07%2F2021,mulher%20e%20altera%20o%20art>. Acesso em 24 de abr. 2022.

GARCIA, Emerson. **Conflito entre normas constitucionais : esboço de uma teoria geral** / Emerson Garcia. – 2. ed. – São Paulo : Saraiva, 2015. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502625587/pageid/4>. Acesso em 27 de abr. 2022.

JESUS, Damásio D. **Violência contra a mulher: aspectos criminais da Lei n. 11.340/2006**. 2 edição. Editora Saraiva, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502616028/>. Acesso em: 19 mar. 2022.

LEITE. Isabela. **8 em cada dez vítimas de violência contra mulher sofreram abusos psicológicos na pandemia, diz projeto que atua com rede de voluntárias**. 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/03/31/8-em-cada-dez-vitimas-de-violencia-contramulher-sofreram-abusos-psicologicos-na-pandemia-diz-projeto-que-atua-com-rede-de-voluntarias.ghtml>. Acesso em 24 de abr. 2022.

MORAES, Aparecida Fonseca e RIBEIRO, Letícia. **As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a "responsabilização" dos "homens autores de violência"**. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro) [online]. 2012, n. 11, pp. 37-58. ISSN 1984-6487 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/CHMSr4thgHMywYGnwWpWzhf/?lang=pt&format=html#>. Acesso em 31 mar. 2022.

MUSZKAT, Malvina; MUSZKAT, Susana. **Violência familiar: Série O Que Fazer?**. 1 ed. Editora Blucher, 2016. *E-book*. 9788521210818. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521210818/>. Acesso em: 19 mar. 2022.

NASCIMENTO, Mainary. **15 anos da Lei Maria da Penha**. Change.org Brasil, agosto, 2021. Disponível em: https://changebrasil.org/2021/08/09/15-anos-da-lei-maria-da-penha/?gclid=CjwKCAjwrqqSBhBbEiwAIQeqGuK0zrsUmSEmXNQ9HzGDxKD4DRtd7bksQACvD5lj8NT4bSbRjHluxoCb9YQAvD_BwE. Acesso em 04 de abr. 2022.

OLIVEIRA, Carolina Coelho Carvalho de. **Criminalização da Violência Psicológica contra a mulher – Nova Lei nº 14188/2021**. 2021. Disponível em <https://camposeantonioli.com.br/criminalizacao-da-violencia-psicologica-contramulher-nova-lei-14188-2021/>. Acesso em 25 de abr. 2022.

ONU. Organização Das Nações Unidas, (1948). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/159309-violencia-contramulheres-campanha-da-onu-brasil-pede-vida-e-dignidade>. Acesso em 04 de abr. 2022.

OSAIK, Gabriela Eni Ito. **LEI Nº 14.188/2021: A criminalização da violência psicológica contra a mulher e a produção probatória**. 2021. Disponível em

<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/9105/67650788>.
Acesso em 24 de abr. 2022.

ROSA, Alexandre Moraes; RAMOS, Ana Luisa Schmidt. **A criação do tipo de violência psicológica contra a mulher (Lei 14.188/2021)**. CONJUR, 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jul-30/limite-penal-criacao-tipoviolenca-psicologica-mulher-lei-1418821>. Acesso em: 20 setembro 2021.

RUMPEL, Yane; DUTRA, Cristiane Feldmann. Reflexos da pandemia pela Covid-19 no enfrentamento a violência doméstica contra mulheres. **ANAIS DA MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CESUCA-ISSN 2317-5915, n. 15, 2021.**

35

Secretaria de Comunicação Social. Manual de redação: **Agência Senado**, Jornal do Senado. Brasília: Senado Federal, 2021. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/29/lei-cria-programa-sinal-vermelho-e-institui-crime-de-violencia-psicologica-contra-mulher>. Acesso em 24 de abr. 2022.

SOUZA, Lídio de e CORTEZ, Mirian Beccheri. **A delegacia da mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso**. Revista de Administração Pública [online]. 2014, v. 48, n. 3, pp. 621-639. ISSN 1982-3134. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/tKZJGXH95v3FZtWSd87PYyG/?lang=pt#ModalArticles>. Acesso em 31 mar. 2022.

NEUROMARKETING: FATORES QUE INFLUENCIAM O CONSUMIDOR NA DECISÃO DE COMPRA NO CONTEXTO 4.0

João Marcos da Silva Andrade
Samantha Franciele Dorabiato de Matos

RESUMO: Em seguimento a tantas mudanças tecnológicas no sistema mercadológico contemporâneo, este estudo tem o objetivo de apresentar e discutir o papel das pesquisas neurocientíficas posicionadas pelo Mestre em Métodos de Pesquisas Psicológicas pela Universidade de Londres e com mais de 15 anos de experiência na área de Neuromarketing, Darren Bridger, e os estímulos que levam o cliente a compra, relacionada aos métodos publicitários utilizados no contexto empresarial e do marketing 4.0 que se reestrutura do tradicional para o digital de maneira inovadora. A análise deste estudo se propõe, ainda, a estabelecer as conceitos e finalidades das estratégias do marketing digital presentes nas redes sociais (Instagram, Facebook, Twitter, WhatsApp, TikTok, entre outras). Em seguimento aos estudos da neurociência envolvendo o marketing, foi apresentado o posicionamento tático do *copywriting* que por meio da persuasão está sendo cada vez mais utilizado como um método para atrair o comprador lidando com apenas uma redação atrativa e o uso de influenciadores digitais que usufruem da sua imagem para exercer influência e liderança para potenciais clientes de uma marca por intermédio da internet. Procuramos apontar os principais segmentos estratégicos utilizados pelo marketing no contexto digital 4.0 defendidos por Philip Kotler e relacionamos com os ensinamentos de neuromarketing, pois é visível a instiga que as técnicas neurocientíficas fazem perante o consumidor e, diante dessa observação, oportunizou-se a ideia de realizar um estudo sobre a temática. Foram utilizados como métodos de pesquisa, artigos científicos dos últimos vinte anos escolhidos de maneira aleatória, livros publicados nos últimos cinco anos relacionados ao tema proposto e pesquisas quantitativas por meio de formulários eletrônicos buscando, de maneira simples e clara, defender o tema proposto.

PALAVRAS-CHAVE: Marketing, Redes Sociais, Influenciadores Digitais.

ABSTRACT: Following so many technological changes in the contemporary market system, this study aims to present and discuss the role of neuroscientific research positioned by the Master in Psychological Research Methods from the University of London and with more than 15 years of experience in the field of Neuromarketing, Darren Bridger, and the stimuli that lead the customer to purchase, related to advertising methods used in the business context and marketing 4.0 that restructures itself from traditional to digital in an innovative way. The analysis of this study also proposes to establish the concepts and purposes of digital marketing strategies present in social networks (Instagram, Facebook, Twitter, WhatsApp, TikTok, among others). Following neuroscience studies involving marketing, the tactical position of copywriting was presented, which through persuasion is increasingly being used as a method to attract the buyer by dealing with only an attractive writing and the use of digital influencers who enjoy the your image to exert influence and leadership to potential customers of a brand through the internet. We seek to point out the main strategic segments used by marketing in the 4.0 digital context defended by Philippe Kotler and we relate them to the teachings of neuromarketing, as the instigation that neuroscientific techniques make to the consumer is visible and, in view of this observation, the idea of carry out a study on the subject. The research methods used were scientific articles from the last twenty years chosen at random, books published in the last five years related to the proposed theme and quantitative research through electronic forms seeking, in a simple and clear way, to defend the proposed theme.

KEYWORDS: Marketing, Social Media, Digital Influencers.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo surge no ensejo em que o paradigma do marketing se renova, reestrutura do tradicional⁷ ao digital, onde segundo Torres (2018, p. 28), “a revolução digital sozinha não explica tudo o que está ocorrendo na sociedade, e que afeta o consumidor, sua empresa, conseqüentemente a ciência do marketing”. O consumidor, com menor tempo para a compra e maior acesso a informações por meio das redes sociais faz com que seja necessário o reposicionamento das estratégias mercadológicas tradicionalmente utilizadas.

De acordo com o conceito de Torres (2018, p.30):

O foco do próprio consumidor deixou de ser as mídias e passou a ser as pessoas que tivessem informação útil e relevante para sua decisão de consumo. Com o foco nas pessoas, e não mais na mídia, hoje os consumidores estão mais interessados nas histórias de outros consumidores, em se relacionar com eles, e em ler o que outras pessoas comuns escrevem, criam ou produzem.

As organizações que previamente centralizaram seus afincos de comunicação na mídia (televisão, rádios, carros de som, banners, entre outras), neste momento, se comunicam propriamente com os consumidores. Em seguimento a recolocação de parâmetros da mercadologia perante a grande mudança do modo clássico ao tecnológico, observa-se que o cliente se encontra com novos estigmas perante os estímulos publicitários que interferem em suas escolhas frente as compras (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2019, p. 39), sendo indubitável a reestruturação dos mecanismos de marketing e publicidade.

Ante isto, vale salientar os critérios do *copywriting* que se refere a um aparato de vendas (PEREZ, 2018, p. 5), “sendo um requisito que busca por meio da persuasão conquistar o cliente de maneira simples, clara e direta”. Segundo o *site Rockcontent* (2020), “a *copy* não fala à cabeça, a *copy* fala ao coração. As pessoas não compram com a razão. A razão só valida o que a emoção já comprou”. Deter-se de uma marca com notoriedade é um grande diferencial no mercado contemporâneo e para

⁷ De acordo com o posicionamento de Bento (2020), “o marketing tradicional é aquele que utiliza de meios clássicos de comunicação para divulgar uma mensagem e promover um produto ou serviço, como anúncios em rádios, TV e mídia impressa”.

conquistar a influência ante o consumidor as instituições analisaram os estudos e ações plausíveis do neuromarketing que de acordo com Lugo (2020, p. 3):

[...] pode ser considerado como uma evolução e uma nova tendência de marketing. O que, ao mesmo tempo, implica o desenvolvimento de novas metodologias para a compreensão do funcionamento do cérebro, a fim de buscar uma explicação para processos-chave para a tomada de decisão sobre o consumo de produtos e serviços que permitam a concepção e implementação de estratégias de posicionamento. É considerada uma disciplina moderna em que a neurociência e o marketing se convergem.

O uso do apelo emocional é muito utilizado no marketing e na publicidade com o intuito de criar estímulos que provoquem reações emocionais no receptor, cliente. Apesar de possuímos um sistema racional e um emocional, está provado que o emocional prevalece sempre sobre o outro no que toca a decisões (SKINNER, 1974/1976 *apud* SAMPAIO, 2005, p. 215-216).

É notório que o cenário do mercado está se modificando cada vez mais rápido, indubitavelmente, são recorrentes pelas mudanças dos sistemas impactados pelas tecnologias, internet, este fenômeno Castells (1999) caracteriza como “sociedade em rede”, deste modo, os profissionais de comunicação enfrentam o desafio de lidar com os consumidores cada vez mais exigentes e com expectativas diversas.

Consequentemente ao posicionamento de Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017, p. 133):

Profissionais de marketing precisam se adaptar a essa nova realidade e criar marcas que se comportem como pessoas – acessíveis e amáveis, mas também vulneráveis. Devem se tornar autênticos e honestos, admitir suas falhas e parar de tentar parecer perfeitas. Movidas por valores básicos, as marcas centradas no ser humano tratam os consumidores como amigos, tornando-se parte integral de seu estilo de vida.

A diferença entre marketing e neuromarketing é que enquanto um recolhe dados, informações, posicionamento de marca, aumento de lucratividade, onde tendem a ser oportunizados e aplicados nos diversos negócios atuais, faz o processo de planejamento e execução do mix de mercado, preço, praça, produto e promoção, constitui-se da função gerencial que busca garantir satisfação nas trocas com a intenção de gerar valor ao cliente, o outro exhibe resultados encontrados por meio de dispositivos neurais, conectando a coleta de informações com a ciência, exibindo

resultados firmados através de uso de técnicas da neurociência que podem ser analisados criteriosamente e se juntada com as pretensões verossímeis do *copywriting*, tendem a atingir um engajamento crescente no marketing digital atuante nas redes sociais conquistando um posicionamento quantitativo e qualitativo entre marca e consumidor tornando-o “advogado da marca” (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2017, p. 12) .

Este estudo segue dividido inicialmente com a contextualização do marketing digital introduzido na indústria 4.0 onde são utilizadas as redes sociais juntamente com os influenciadores digitais como estratégias de negócio. Subsequentemente, serão analisados os estudos científicos do neuromarketing e seus posicionamentos diante os comportamentos dos consumidores no decorrer do processo da compra de um produto ou serviço dando ênfase nas conquistas inovadoras do *copywriting* e a utilização da retórica.

Espera-se resultados valorativos perante o posicionamento do marketing digital na contemporaneidade. A perspectiva expectável perante o estudo é contribuir com futuros alunos, pesquisadores, profissionais que buscam agregar conhecimento ao tema e instituições que prezam por um desempenho privilegiado em suas vendas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 RELAÇÃO ENTRE O MARKETING 4.0 E OS INFLUENCIADORES DIGITAIS

A Indústria 4.0 inclui uma ampla gama de sistemas de tecnologias avançadas que se conectam diretamente com as redes sociais, como os *smartphones*, *tabletes*, notebooks e afins, mudando as estratégias de marketing e as inovações que o acompanham, possuindo a capacidade de aumentar a credibilidade das ações mercadológicas e promover o diferencial de desenvolvimento sustentável das organizações. Também batizada como a 4ª Revolução Industrial pelo site Portal da Indústria, possui uma repercussão significativa na produtividade, amplificando a eficiência do uso de seus recursos tecnológicos e o desenvolvimento de produtos.

O mercado muda instantaneamente, sem interrupções agendadas. Seus direcionamentos, padrões, tendências estão em evolução constante, modificando os costumes, práticas e condutas do público consumidor, sobretudo, na era digital,

tecnológica, veracidade no mundo moderno caracterizado pela multinacionalização do capitalismo, onde, segundo Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017, p.12), “o papel dos profissionais de marketing é guiar os clientes por sua jornada desde o estágio de assimilação até se tornarem advogados (defensores ou embaixadores) da marca”, em face a contemporaneidade mercadológica que se reestrutura continuamente.

Ao datar dos primórdios do século XX (CRUZ, 2014, p. 2), “o marketing vem progredindo sua orientação, ausentando-se de uma colocação centrada no produto e conduzindo-se a um foco canalizado no cliente, levando em consideração o ser humano em si” e segue em conformidade com o posicionamento de Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017, p.20), após afirmar que “hoje vivemos em um mundo totalmente novo. A estrutura de poder está passando por mudanças drásticas. A internet, que trouxe conectividade e transparência às nossas vidas, tem sido em grande parte responsável por essas transformações”.

Sequenciado as ideias de atualização da mercadologia e observando as críveis transformações que a internet, o contexto on-line, atribuiu com as plataformas e ferramentas ao marketing digital, o qual possui a finalidade de aumentar a produtividade compreendendo as sequências utilizadas pelo consumidor na era da internet das coisas⁸, em conjuntura com o Marketing 4.0, que segundo Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017, p. 24), “descreve um aprofundamento e uma ampliação do marketing centrado no ser humano para cobrir cada aspecto da jornada do cliente”, é irrecusável as mudanças operacionais perante as atividades publicitárias e projetos dos profissionais marketólogos.

Afirma Torres (2018, p. 24), “se é difícil se esconder dessa revolução digital, mais difícil ainda é ignorar seu crescimento e a influência na sociedade e nos consumidores. Se antes ignorar o mundo online era contraproducente e perigoso, agora é fatal para o seu negócio”. As inovações detêm-se da capacidade de acréscimo de valor no negócio, propiciando diferenciais competitivos sustentáveis a uma organização.

⁸ De acordo com Bruno P. S., Lucas A. M. S., Clayson S. F. S. C., João B. B. N., Bruna S. P., Marcos Augusto M. V., Luiz Filipe M. V., Olga N. G. e Antonio A. F. L (2014, p. 2) “A Internet das Coisas, em poucas palavras, nada mais é que uma extensão da Internet atual, que proporciona aos objetos do dia-a-dia (quaisquer que sejam), mas com capacidade computacional e de comunicação, se conectarem à Internet”.

O ciclo de inovação ágil (SILVA; MINCIOTTI, 2021, p. 1), de acordo com os contextos do marketing 4.0, deixa explícito a necessidade de satisfazer o cliente para que tenha a capacidade de influenciar outros consumidores, pois perante a diversidade de mudanças, é necessário a ajuda recíproca entre o público interno e externo construindo uma conectividade social, os mesmos acreditam na experiência pessoal, no fator social e a apresentação destas colocações por meio das redes sociais tendem a variações de união ou distanciamento entre comprador com a marca. Cabe salientar que os avanços das tecnologias e estratégias mercadológicas geram impactos nas organizações, além de, com a ajuda das redes sociais, ajustarem a relação consumidor e fornecedor entrando em cena a utilização de ferramentas de vendas e publicidades benéficas do marketing digital.

A utilização do marketing digital é aplicada em uma colocação diferente do tradicional devido o mesmo divulgar a imagem de uma organização por meio da utilização da internet sendo conceituado por Gabriel (2010, p. 104 *apud* CRUZ e SILVA, 2014, p. 6), “o marketing que utiliza estratégias em algum componente digital no marketing mix - produto, preço, praça ou promoção”.

Observa-se que as estratégias de marketing digital têm se posicionado como eficazes em muitos negócios, tanto para aqueles totalmente online, como para os que utilizam de diversas plataformas de atendimento, cruzando o varejo físico com a loja virtual e à medida que este conceito de interação avança, progride as exigências dos clientes diante o relacionamento com as empresas.

Vale salientar que os estigmas da mercadologia digital utilizam das redes sociais como aparato de vendas e publicidades, modificando seu posicionamento de ser apenas um meio de distração. Sampaio e Tavares (2017, p. 1), representou que:

As redes sociais proporcionaram para as empresas uma nova forma de divulgar suas marcas e serviços prestados de forma rápida e precisa se tornando um meio de comunicação, principalmente com o público jovem, que são os mais adeptos a essas tecnologias, os mesmos avaliam e analisam as empresas antes de tomar uma decisão de compra.

As organizações precisam desfrutar e examinar essa ferramenta com a finalidade de encontrar informações e criar um relacionamento duradouro com o consumidor com o intuito de impulsionar resultados e as ações que mais tendem a

credibilizar o reconhecimento, procura e compra de determinada empresa são as conversas espontâneas presentes nos diversos ciclos sociais, onde os consumidores, ao decidir qual marca escolher, tendem a seguir os passos de seus equivalentes com a intencionalidade de se protegerem das falsas alegações de marca ou de campanhas publicitárias astutas, usando seus sistemas sociais para construir sua fortificação.

Em sequência ao posicionamento da Indústria 4.0, é averiguado a credível utilização de influenciadores digitais que utilizam de sua imagem para exercer influência e liderança para potenciais clientes de uma marca por intermédio da internet como estratégia de marketing nas mídias e redes sociais⁹, unindo o posicionamento de relacionamento entre marca e consumidor juntamente ao contexto de linguagem verbal internetês que conforme Marinho (2021, p. 85981):

Nas plataformas digitais os internautas podem desenvolver conteúdos criativos, partilhar informações, falar sobre suas experiências, expor opiniões sobre diversos assuntos, descrever seus gostos por determinado produto ou serviço, entre outras possibilidades. Alcançando desta forma, um grande número de visualizações e interações em suas publicações.

Os métodos comunicativos que tendem a vendas introduzidos nas redes sociais (Instagram, Facebook, Twitter, TikTok, entre outras) já se tornam essenciais nas campanhas de marketing e publicidade no intuito de atingir públicos específicos e impulsionar conteúdos estratégicos.

O conceito de confiança do consumidor não é mais vertical. Agora é horizontal. No passado, os consumidores eram facilmente influenciados por campanhas de marketing. Eles também buscavam e ouviam autoridades especialistas. Entretanto, pesquisas recentes em diferentes setores mostram que a maioria dos consumidores acreditam mais no fator social (amigos, família, seguidores do Facebook e do Twitter) do que nas comunicações de marketing. A maioria pede conselhos a estranhos nas mídias sociais e confia neles mais do que nas opiniões advindas da publicidade e de especialistas [...]. (KOTLER, KARTAJAYA E SETIAWAN, 2017, p. 27)

⁹ Conforme Las Casas (2014, p. 41 e 42), a definição rede social é “ um grupo de pessoas, de organização ou de outros relacionamentos conectados por um conjunto de relações sociais, como amizades, trabalho em conjunto ou uma simples troca de informações” e mídia social como “aquela utilizada pelas pessoas por meio de tecnologias e políticas na web com fins de compartilhamento de opiniões, ideias, experiências e perspectivas”.

Os estudos skinnerianos (SKINNER, 1953/1965 *apud* TOURINHO; TEIXEIRA; MACIEL, 2000, p. 429-430) abordam que “a interação do indivíduo é tomada como princípio filosófico básico: alterações em relações com o ambiente externo implicam modificações no indivíduo com um todo”, o posicionamento do consumidor em relação com a ação da compra muda periodicamente, validando o posicionamento de conselheiros presentes no âmbito exterior que buscam uma interposição nas escolhas do comprador.

É visível a importância do usufruto dos *Digital Influencers* (influenciadores digitais) no atual contexto do marketing digital que por meio de vídeos, publicações visuais e escritas, *lives*, entre outras variedades de ferramentas presentes nas redes sociais, vem ao encontro com o posicionamento de Marinho (2021, p. 85981), que afirma que “os resultados dessas ações afetam positivamente a imagem das empresas que acabam por ganhar mais visibilidade na internet e, conseqüentemente, retorno sobre os investimentos (vendas)”, entretanto, gerando assim, a união entre o “útil ao agradável”.

2.2 NEUROMARKETING E SUA INFLUÊNCIA NA INDÚSTRIA 4.0

É fato que nas últimas décadas o homem vem sendo avistado sobremodo a partir de suas condições biológicas, sociológicas e psíquicas, sendo caracterizadas como seus modos de ser e viver, ainda que tais determinações venham sendo ora negligenciadas, ora negadas com afinco (JUNIOR, 2018, p. 12), sendo assim, salienta-se mudanças de comportamentos que interferem positiva ou negativamente no desenrolar de sua vida pessoal ou profissional.

Assim como o mercado atual, as estratégias de marketing, administração e seus diversos contextos em relação à gestão, as ações neurológicas, psicológicas e seus derivados vêm sendo estudados com maestria e competência para conquistarem retornos plausíveis que contribuam de maneira eficiente no desenrolar de projetos científicos que se interligam com os setores de saúde, econômico, administrativo, educacional, entre outros, recebendo a nomenclatura de neurociência.

A neurociência compreende o estudo do sistema nervoso e suas ligações com toda a fisiologia do organismo, incluindo a relação entre cérebro e comportamento. O controle neural das funções vegetativas - digestão, circulação, respiração, homeostase, temperatura -, das funções sensoriais e motoras, da locomoção, reprodução, alimentação e ingestão de água, os mecanismos da atenção e memória, aprendizagem, emoção, linguagem e comunicação, são temas de estudo da neurociência. (VENTURA, 2010, p. 123)

Em vigência ao posicionamento e atuação da neurociência, é considerável citar a colocação das áreas administrativas que utilizam da mesma para agregar fortificação aos aparatos de vendas. Reconhecido como neuromarketing, constitui-se da “aplicação de *insights* da neurociência e da psicologia para a criação de *designs* mais eficazes” (BRIDGER, 2019, p. 20), que buscam como finalidade atrair os consumidores às compras e os influenciarem a revinda.

Concordante com Lugo (2020, p. 3-4):

O neuromarketing busca, com pesquisa, maior precisão sobre desejos, gostos, motivações e necessidades de compra dos consumidores, a fim de segmentar o mercado com maior segurança e traçar um planejamento estratégico mais adequado em relação aos produtos e serviços, seu posicionamento, preço, comunicação e canais.

O marketing, na perspectiva da neurociência, pesquisa as emoções dos consumidores de acordo com seus hábitos de consumo, respostas estas, referentes aos diferentes estímulos fornecidos por anúncios realizados pelo setor de comunicação publicitária. Muitas de suas decisões se concentram em sentimentos puramente subjetivos e são deixadas a seus critérios, visto que estão ligados às centelhas sensoriais que são ativadas no momento do consumo (LUGO, 2020, p. 4-5).

Sua aplicação tende a recolher respostas diante algumas interrogações relacionadas ao comportamento dos clientes durante a procura e aquisição de produtos ou serviços, ou seja, estuda a mente do consumidor.

A alta competitividade em todas as áreas que se observa no mercado exige ferramentas para se posicionar, ser um líder e depois ficar na hierarquia, levando à busca por métodos eficazes para posicionar os produtos ou serviços da empresa nos primeiros locais de vendas e, conseqüentemente, os benefícios serão maiores.

Através dos componentes neurocientíficos, é contínua a busca por respostas pelas verdadeiras necessidades e decisões conscientes do consumidor, a inclusão dos conceitos incipientes do neuromarketing pode aumentar o envolvimento emocional, a atenção e a memorização de produtos e serviços (BRIDGER, 2017, p. 20), criando assim, potenciais clientes.

Do exposto, pode-se considerar a definição de neuromarketing como uma aplicação de técnicas neurocientíficas que buscam compreender a dinâmica do cérebro em face aos estímulos do marketing, o mesmo é considerado a filosofia da gestão (LUGO, 2020, p. 5), de acordo com a qual os objetivos organizacionais são alcançados na medida em que são identificadas as necessidades e desejos do público consumidor de maneira em que o satisfaça, ou seja, estimula a compra e retorno futuro.

2.3 MÉTODOS DE COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICOS BENÉFICOS AO RELACIONAMENTO ENTRE EMPRESA E CLIENTE

Tradicionalmente estudada, a Revolução Industrial, atualmente, progride em grande velocidade para acompanhar as mudanças benéficas relacionadas aos contextos econômicos e sociais. Acompanhando tamanhas evoluções, são visíveis os aperfeiçoamentos relacionados às técnicas de marketing, publicidade e afins, que buscam sanar a sede e necessidade de aumentar o consumo dos bens produzidos, além de conquistar um nicho de mercado diante de um grande percentual de concorrentes existentes, sendo necessária a utilização de novas técnicas que possam agir sobre as motivações inconscientes do público, como *copywriting*.

Segundo Maccedo (2018, p. 28):

[...] *copywriting* diz respeito a fazer o uso das palavras corretas para se comunicar com um público-alvo, ao intuito de conduzi-lo a uma tomada de decisão. Esse método de escrita aplica as regras de persuasão para influenciar e conduzir alguém a ações específicas.

Os principais livros e sites americanos definem *copywriting* como 'o ato de escrever textos para fins publicitários ou outras formas de marketing'. O trabalho chamado *copy* é um conteúdo composto para aumentar a influência de uma marca e, finalmente, persuadir uma pessoa ou grupo a tomar uma determinada decisão.

A ação do *copy* pretende atingir o cliente de maneira eficiente, chamando a atenção do público consumidor possuinte de um cronograma pessoal e profissional agitado, ganhando sua credibilidade e conquistando a atividade de compra do produto ou serviço de maneira direta e criativa.

Doravante do *copywriting*, pode-se formular brochuras, *outdoors*, catálogos, folhetos, anúncios em geral, cartas de vendas, roteiros comerciais, postagens em redes sociais e nos variados métodos de comunicação de marketing.

Ainda em seguimento com Macedo (2018, p. 29):

O *copywriter* utiliza técnicas específicas, com palavras certas para construir uma argumentação que despertará no leitor a vontade de fazer uma escolha. Essa escolha pode ser a de concordar com uma ideia, entrar em contato com uma empresa, solicitar um orçamento, assinar um *newsletter*, ou diretamente efetivar uma compra.

Com a ideia inicial do *copywriting* de conquistar a clientela por meio da persuasão escrita, as organizações beneficiam-se com a agilidade e minimalismo que o *copy* utiliza com benfazeja em relação ao sentimento humano, como ele dialoga com suas necessidades e das gerações atuais de maneira em que conquista, com plausividade, preencher o vazio existencial contido pelos consumidores com o desembolso em produtos ou serviços, de maneira em que “envolva e resolva o problema de seu cliente” (FERREIRA, 2019, p. 6).

Em conformidade com os significados expostos anteriormente, pode-se interligar com o posicionamento sobre retórica defendida pelo filósofo Aristóteles (350 A.C, apud FERREIRA, 2019, p. 15),

[...] para você persuadir e influenciar as pessoas, precisa construir *Ethos*, sua Credibilidade. [...]
[...]. Para a “persuasão completa”, além de Credibilidade, precisa criar *Pathos*, ativar as emoções. [...]
[...]. Ative a emoção correta, e seu cliente escolherá você, o seu produto, e a sua solução.
E agora ele precisa justificar sua escolha.
Logos. [...]

O uso de uma palavra correta pode ativar um gatilho mental¹⁰, “temperos” (FERREIRA, 2019, p. 6), emoções, induz a uma associação e ação positiva eficaz do consumidor em torno das organizações, sendo um fator decisivo de sucesso de qualquer comunicação estratégica.

Ainda de acordo com as reflexões de Aristóteles, citadas por Lordes (2019, p. 16) diante os sujeitos e emoções no discurso, diz:

[...] aproximam-se quando consideraram que as emoções têm um caráter inerente à influência (positiva ou negativa) sobre o público, como refletiu Aristóteles (2003), na Retórica, ao propor que as emoções poderiam engendrar, em parte, o discurso argumentativo, compondo a tríade *pathos*, *logos* e *ethos*.

Entretanto, o uso correto de uma palavra, frase, pode desenvolver, caso referenciada a pessoa ou ação correta, a tendência de conquistar aquilo que foi planejado anteriormente, como o caso do *copy*, chamando a atenção do público consumidor a aderir o produto por meio da persuasão escrita ou em falas por meio das mídias ou redes sociais diante o usufruto de qualidade da retórica, atingindo a lucratividade.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia do estudo foi dividida em duas etapas, a primeira constitui em uma pesquisa descritiva, uma análise qualitativa, em que são apresentados os referenciais teóricos relevantes para ao tema “marketing 4.0: comportamentos estratégicos do neuromarketing diante as redes sociais que interferem no posicionamento de obtenção do cliente”, embasados com livros e artigos científicos escritos e defendidos por grandes autores das áreas da neurociência, marketing tradicional e digital, publicidade e propaganda, psicologia comportamental, retórica e indústria tecnológica 4.0.

¹⁰ Conforme o *site Rockcontent*, “gatilhos mentais são estímulos recebidos pelo nosso cérebro que influenciam diretamente a nossa tomada de decisão. Saber estimular esses gatilhos é uma poderosa arma de persuasão e geração de resultados para marketing e vendas”.

Sequenciando, na segunda etapa foi realizada uma pesquisa exploratória em seguimento a uma análise quantitativa que de acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 103), consiste em investigação de pesquisa empírica, com a finalidade de analisar as características dos fatos, avaliar programas, com a possibilidade de utilizar métodos formais e aproximando dos projetos experimentais, caracterizados pela precisão e controle numérico, oferecendo dados para a verificação de hipóteses. A pesquisa que possui técnicas estatística para quantificar opiniões foi realizada através de um formulário eletrônico no *App Formulários do Google* onde foram desenvolvidas dez perguntas que alcançaram respostas de setenta pessoas, todas relacionadas a estratégias de marketing, neurociências, publicidade e propaganda, *copywriting* e o posicionamento dos influenciadores digitais na atualidade.

Entretanto, perante os estudos, será desenvolvido uma análise qualitativa de acordo com o tema proposto, visando fortalecer as pesquisas e utilização pela mercadologia sobre o assunto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisou-se perante o desenvolvimento deste estudo, conquistar uma abordagem introdutória sobre o tema proposto e seus formatos de utilização ante a contemporaneidade, onde é inserido, grandemente, métodos relacionados com o meio digital.

A pretensão do estudo visa, por meio de leituras bibliográficas, artigos científicos e afins, compreender a finalidade no marketing digital, neuromarketing e suas estratégias como a utilização do *copywriting* e a presença dos trabalhos dos *Digitais Influencers*, analisar o impacto na escolha e relacionamento em face ao consumidor e empresa e as conquistas quantitativas e qualificativas das organizações introduzidas na contextualização tecnológica do marketing 4.0.

Para a pesquisa quantitativa, presente no QR Code a seguir, foi utilizado um formulário eletrônico construído no *App Formulários do Google*, onde foram desenvolvidas dez perguntas que alcançaram respostas de setenta pessoas, todas relacionadas ao tema do estudo.

Imagem 01: QR Code - Planilha em Excel - Pesquisa Quantitativa.



Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com o posicionamento dos contribuintes, a indicação de produtos e serviços por meio de terceiros possui mais valor do que as próprias publicidades e estratégias de marketing, o posicionamento da técnica de *copywriting* quase se iguala entre ser favorável a conquista do cliente por meio de sua utilização, subsequente, à compra e ser irrelevante no momento da escolha. Como já aguardado, o apelo emocional diante o marketing e publicidades interfere positivamente no processo mercadológico. O posicionamento do consumidor como referência para se chegar em uma conclusão se encontra indiferente segundo a pesquisa. O impacto dos influenciadores digitais ante as ações de marketing é importante e está conseguindo relacionar com o termo de correlação face a marca e comprador defendida por Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017, p. 20-21).

Observou-se que mais da metade dos contribuintes da pesquisa faz mais compras em lojas virtuais do que físicas, agregando valor, assim, no marketing digital e nos trabalhos dos influenciadores digitais. Ser defensor de uma marca, em grande partida, acham indiferente tal consideração. Mais de 80% do retorno da pesquisa em relação as informações ante a escolha de um produto, buscam reter conhecimentos e indicações sobre os mesmos, conseqüentemente, se veem influenciados após assistir a um *stories* no Instagram ou um vídeo no Youtube, levando-os a se sentirem próximos dos *Digital Influencers*, dando-se por fim, o retorno esperado da grande utilização das redes sociais diariamente na atualidade.

Utilizou-se o método quantitativo como referencial na análise do posicionamento do público consumidor para termos uma base do retorno conquistado perante a utilização das estratégias anteriormente citadas.

Observa-se que é visível o desejo contínuo e necessário dos estudos diante o mercado e suas estratégias na atualidade. As diversificações de opiniões não se adequam, em grande porcentual, com algumas defesas e posicionamentos diante às técnicas utilizadas na contextualização tecnológica 4.0, sendo indubitável a constante pesquisa e alterações nas áreas de neurociências, marketing e seus correlacionados para conquistar, cada vez mais, o público em caráter moral e lucrativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os estudos realizados e informações retidas, é válido posicionar, de maneira inovadora, a colocação entre a relação do marketing digital, teorias confirmatórias da neurociência juntamente com as técnicas de *copywriting* e retórica em relação aos trabalhos dos influenciadores digitais.

Tais colocações, após uma estratégia plausível lançada perante uma finalidade específica, podem ser inseridas nas realizações dos *digitais influencers* que saibam usufruir da retórica verbal nas redes sociais, fazendo com que os consumidores se sintam confortáveis e engajados com as organizações ou fazendo postagens escritas usando as ideologias do *copywriting* e assim conquistarem afinidade com o público levando-os a aderirem um produto e indicarem a terceiros (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2017, p. 47).

Segundo Kotler (2019, p. 131), “a empresa mapeia as necessidades, as percepções, as preferências e o comportamento dos clientes e motiva seus *stakeholders*¹¹ a serem obstinados em servir e satisfazer os clientes”. Vale-se dizer, após os estudos e observações, que ignorar os fatores humanos no posicionamento do marketing é um erro que não deve ser cometido, caso contrariado, atingem negativamente a organização, dando-se como eficaz as abordagens retidas perante

¹¹ Conforme o *site Rockcontent*, “stakeholders é qualquer indivíduo ou organização que, de alguma forma, é impactado pelas ações de uma determinada empresa”.

o retorno conquistado a partir da utilização de ações que se derivam dos estudos do neuromarketing introduzidos no contexto digital.

Em relação às constantes transformações no posicionamento humano no setor econômico de compras e vendas, ainda mais na presença da transição do marketing tradicional para o digital, a introdução da neurociência faz-se imprescindível e eficiente para ajudar nas instalações dos métodos mercadológicos para compreender e atingir o consumidor, “nem sempre seguir as regras traz os resultados esperados. Além disso, as preferências das pessoas mudam com o temperamento dos tempos, com a moda e com os estilos vigentes” (BRIDGER, 2019, p. 269), todavia, é conveniente o posicionamento dos fatores que envolvem o contexto emocional é preferível para o público (SKINNER, 1974/1976 *apud* SAMPAIO; 2005, p. 371-372).

É inadmissível, atualmente, as empresas que buscam sucesso moral e econômico, não acompanharem os avanços tecnológicos e informacionais diante o mercado, caso contrário, não atingirão resultados privilegiados.

Entretanto, no momento, pode-se afirmar que a junção destes conceitos e suas estratégicas, se utilizados de maneira correta, tendem a serem benfeizes para as organizações, todavia, para uma maior credibilidade, é imprescindível uma continuação dos estudos para fortalecerem essa ação.

REFERÊNCIAS

BRIDGER, Darren. **Neuromarketing – Como a neurociência aliada ao designer pode aumentar o engajamento e influência sobre os consumidores.** – São Paulo: Autêntica Business, 2019.

BRUNO P. S., LUCAS A. M. S., CLAYSON S. F. S. C., JOÃO B. B. N., BRUNA S. P., MARCOS AUGUSTO M. V., LUIZ FILIPE M. V., OLGA N. G. e ANTONIO A. F. L. **Internet das Coisas: da Teoria à Prática.** Belo Horizonte - MG: Departamento de Ciência da Computação – Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2014.

CRUZ; SILVA, A. B. Cleide, L. Lângesson. **Marketing Digital: Marketing para o novo milênio.** – Araguaína: Revista Científica do ITPAC, 2014.

FERREIRA, Gustavo. **Copywriting - Palavras que vendem milhões - Descubra os segredos das maiores cartas de vendas escritas pelos maiores copywriters do mundo... E entre na mente deles para criar suas cartas multimilionárias.** – São Paulo: DVS Editora, 2019.

FERREIRA, Gustavo. **Gatilhos mentais - O guia completo com estratégias de negócios e comunicações provadas para você aplicar.** – São Paulo: DVS Editora, 2019.

FORMULÁRIOS GOOGLE. **FORMULÁRIOS GOOGLE.** Disponível em: <https://docs.google.com/forms/u/0/>. Acesso em: 12 de Outubro de 2021.

JUNIOR, V. M. P. Jesus. **A expropriação psicológica do sujeito no capitalismo tardio e a concepção neurocientífica de homem.** – São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.

52

KOTLER, Philip, **Marketing 4.0: Do tradicional ao digital.** – Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

KOTLER, Philip. **Os 10 pecados mortais do marketing - Sintomas e Soluções** – Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

LAKATOS; MARCONI, M. Eva; A. Marina. **Fundamentos de metodologia científica. – 7. ed.** – São Paulo: Atlas, 2010.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Crociação de valor: conectando a empresa com os consumidores através das redes sociais e ferramentas colaborativas.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LUGO, S. Nery. **Neuromarketing a debate.** – La Habana, Cuba: Revista Cubana de Salud Pública, 2020.

MACCEDO, Paulo. **Copywriting - O método centenário de escrita mais cobiçado do mercado americano.** – São Paulo: DVS Editora, 2018.

MARINHO, S. Camila. **Comunicação estratégica: o uso de influenciadores digitais pelos profissionais de comunicação social.** – Maranhão: *Brazilian Journal of Development*, 2021.

PORTAL DA INDUSTRIA. **Portal da Industria.** Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/industria-4-0/>. Acesso em: 01 de Novembro de 2021.

QR CODE GENERATOR. **QR Code Generator.** Disponível em: <https://br.qr-code-generator.com/>>. Acesso em: 13 de Outubro de 2021.

ROCKCONTENT. **O que são gatilhos mentais e como utilizá-los na sua estratégia de marketing.** Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/gatilhos-mentais/>. Acesso em: 10 de Novembro de 2021.

ROCKCONTENT. **Stakeholders: o que são, quais os tipos e como gerenciá-los.** Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/stakeholder/>. Acesso em: 12 de Novembro de 2021.

ROCKCONTENT. **What is Copywriting? Learn the Main Techniques and Triggers to Persuade and Sell With Words.** Disponível em: <https://rockcontent.com/blog/copywriting/?fbclid=IwAR0sYdUfoTUXIx3f60yQ8fNqTHPgrurKvETk-9BJJPzSR1Aa27ku3cntnQI>. Acesso em: 20 de Setembro de 2021.

SAMPAIO, A. S. Angelo. **Skinner: Sobre Ciência e Comportamento Humano.** – Bahia: Psicologia, Ciência e Profissão: Teoria e Pesquisa, 2005.

SAMPAIO; TAVARES; F. C. Valdeci; C. C. V. Cristiano. **Marketing Digital: O poder de influência das redes sociais na decisão de compra do consumidor universitário da cidade de Juazeiro do Norte-CE.** Juazeiro do Norte-CE: Unileão Centro Universitário Leão Sampaio, 2017.

SILVA; MINCIOTTI, C. Edson; A. Silvio. **Ciclo de Inovação dos Negócios por Princípios Ágeis: Solução, Negócios, Valor e Clientes.** – S/L: ANPAD, 2021.

TORRES, Cláudio. **A bíblia do marketing digital: Tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar** – São Paulo: Novatec Editora Ltda., 2019.

TOURINHO; TEIXEIRA; MACIEL, Z. Emmanuel; R. Eveny; M. Josiane. **Fronteiras entre Análise do Comportamento e Fisiologia: Skinner e a Temática dos Eventos Privados.** Belém, PA: Psicologia: Reflexão e Crítica, 2000.

VENTURA, F. Dora. **Um retrato da Área de Neurociência e Comportamento no Brasil.** – São Paulo: Psicologia: Teoria e Pesquisa, 2010.

RELAÇÃO DA DOENÇA RENAL CRÔNICA COM COMORBIDADES CARDIOVASCULARES

Bianca Loss Vezaro
Rafael Fiamoncini Ferreira
Rafael Gemin Vidal

RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi relacionar a doença renal crônica com comorbidades cardiovasculares. Para obter esta resposta foram levantados a incidência de doenças cardiovasculares em pacientes renais e verificado a frequência de controle de marcadores cardíacos. Trata-se de uma pesquisa aplicada, de campo, quantitativa, descritiva, e exploratória retroativa. A população foi constituída por pacientes que realizam o tratamento hemodialítico na Clínica de Doenças Renais do Vale do Iguaçu, na cidade de União da Vitória, Paraná. A amostra do tipo não probabilística por conveniência foi integrada por 21 pacientes de ambos os sexos, maiores de idade, que estivessem realizando o tratamento há pelo menos 12 (doze) meses. Como instrumento de coleta de dados foram utilizados os prontuários que contêm informações individuais como dados de medidas, peso, sexo, exames laboratoriais, exames de imagem como radiografias, eletrocardiogramas e ecocardiogramas. Ainda, observações clínicas das sessões de diálise, retratando se houve alguma alteração no percurso do tratamento. Os dados observados apresentam alterações nos marcadores bioquímicos para creatinina, ureia, colesterol total, HDL, LDL e triglicérides. As alterações encontradas por exames de imagem foram hipertrofia ventricular esquerda, alteração da repolarização ventricular, distúrbio de condução do ramo direito, sobrecarga ventricular esquerda e disfunção diastólica. Os números expressivos da taxa de mortalidade em consequência de Doença Renal Crônica, isolada ou associada a Doença Cardiovascular, são um alerta para uma vasta avaliação e acompanhamento de ambas as patologias.

PALAVRAS-CHAVE: Doença renal crônica. Doença cardiovascular. Comorbidades.

ABSTRACT: The aim of this research was to relate chronic kidney disease with cardiovascular comorbidities. To obtain this answer, the incidence of cardiovascular diseases in renal patients was surveyed and the frequency of control of cardiac markers was verified. It is an applied, field, quantitative, descriptive, and exploratory retroactive research. The population consisted of patients undergoing hemodialysis at the Vale do Iguaçu Kidney Disease Clinic, in the city of União da Vitória, Paraná. The non-probabilistic convenience sample was made up of 21 patients of both sexes, of legal age, who had been undergoing treatment for at least 12 (twelve) months. As a data collection instrument, medical records containing individual information such as measurement data, weight, gender, laboratory tests, imaging tests such as radiographs, electrocardiograms and echocardiograms were used. Still, clinical observations of dialysis sessions, portraying whether there was any change in the course of treatment. The observed data show changes in biochemical markers for creatinine, urea, total cholesterol, HDL, LDL and triglycerides. The alterations found by imaging exams were left ventricular hypertrophy, alteration in ventricular repolarization, right branch conduction disturbance, left ventricular overload and diastolic dysfunction. The expressive numbers of the mortality rate as a result of Chronic Kidney Disease, isolated or associated with Cardiovascular Disease, are an alert for a wide evaluation and monitoring of both pathologies.

KEYWORDS: Chronic kidney disease. Cardiovascular disease. Comorbidities.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, segundo a Sociedade Brasileira de Nefrologia (2020), a doença renal crônica (DRC) é considerada epidêmica, visto que um a cada dez adultos são atingidos por tal doença, e esse índice só vem aumentando. Atualmente, cerca de

133 mil pessoas dependem de diálise no Brasil, número este que cresceu 100% nos últimos 10 anos. Por isso, a prevenção da doença em questão, é o pilar para a diminuição desses números, pois infelizmente apenas 7% das cidades brasileiras contam com serviços de diálise.

A importância do diagnóstico precoce desta patologia, implica em uma série de vantagens para o paciente. Porém, as fases iniciais da doença são silenciosas, por isso, a atenção do clínico deve ser redobrada. A taxa de filtração glomerular (TFG) é considerada a forma mais clara de ser compreendida pelos médicos e pacientes. Em grande parte das doenças renais, essa taxa é diminuída no decorrer da doença, como consequência da diminuição no número total de néfrons (BASTOS; KIRSZTAJN, 2011).

As doenças cardiovasculares (DCV) são as principais causas de morbimortalidade em pacientes com DRC, ou seja, esses pacientes têm maiores chances de ir a óbito em consequência de DCV do que evoluir para doença renal terminal, propriamente dita (DE ALBUQUERQUE SEIXAS; MARTIN, 2016). Em geral, os pacientes portadores de DRC já trazem consigo um grande risco de mortalidade precoce, e quando associadas à DCV esse risco se torna ainda maior. Ademais, a presença de lesão renal, mesmo com função renal preservada, evidenciada pela aparição de proteinúria e/ou microalbuminúria em exames laboratoriais, são fortes indicativos de riscos cardiovasculares (MARTIN; FRANCO, 2005). Portanto, a identificação e diagnóstico preambular da DCV nessa classe de pacientes é de suma importância para um prognóstico favorável ao paciente da DRC.

Diante do exposto o presente estudo apresenta como questão problema: Qual a relação da doença renal crônica com o desenvolvimento de doenças cardiovasculares? Portanto o objetivo desta pesquisa é relacionar a doença renal crônica com comorbidades cardiovasculares. Para obter esta resposta foi levantado a incidência de doenças cardiovasculares em pacientes renais e verificado a frequência de controle de marcadores cardíacos.

Vale ressaltar que pacientes submetidos a hemodiálise, tendem a predispor ainda mais de lesões cardíacas, do que pacientes em tratamento conservador, visto que a cada sessão de diálise o coração sofre um stress muito grande, podendo desencadear diversas doenças ligadas a ele. Por isso, é indispensável o

acompanhamento fiel de todos os marcadores cardíacos e demais exames, durante todo a vida dialítica do paciente, para assegurar a condição cardíaca e qualidade de vida.

2 DOENÇA RENAL CRÔNICA

DRC é definida quando se tem anormalidades de estruturação e função renal, por três meses ou mais, e ainda caracterizada pela diminuição de excreção de substâncias indesejáveis do metabolismo proteico (ARAÚJO *et al.*, 2010). Diversas causas podem levar a DRC, podemos citar como as principais: hipertensão arterial sistêmica (HAS), diabetes mellitus (DM), glomerulonefrites primárias, uso de medicações, anormalidades anatômicas, infecções do trato urinário, litíase renal, entre outras.

A doença renal crônica (DRC), é caracterizada por progressiva perda de função e estruturação renal, ou ainda em casos mais graves, a perda total de sua função, tornando este quadro irreversível. Em consequência, baixa taxa de filtração glomerular (TFG), uremia, aumento da creatinina, e ainda albuminúria, são alguns dos constantes achados laboratoriais desta doença. A DRC, possui 5 estágios, esses divididos com base na TFG. Os estágios de 1 a 3, podem se apresentar de forma silenciosa e assintomática. Sintomas como anemia, distúrbios eletrolíticos e hiperparatireoidismo costumam se manifestar nos estágios mais avançados da doença. O tamanho diminuído dos rins, em ultrassonografia, pode ser sugestivo de um quadro crônico (WALLACH *et al.*, 2020).

Acometendo 10% da população mundial, a DRC já é considerada epidêmica e um problema de saúde pública mundial. As causas de morbimortalidade da DRC têm tido cada vez mais relevância, e as taxas de mortalidade só aumentam (BERNARDES *et al.*, 2014)

Diagnosticar precocemente a DRC traz muitos benefícios para o paciente, bem como, ajudar a diminuir os riscos de a doença evoluir para um grau mais severo e ainda evitar as complicações cardíacas que são tão perigosas quando associadas a DRC. Mas, lamentavelmente a assistência médica desses pacientes apresenta muitas dificuldades na hora do diagnóstico e manejo dos acometidos com esta

doença, principalmente pelo fato de que nos estágios iniciais da DRC ela se alastra de forma silenciosa, levando assim o problema a nível mundial de saúde pública, como citado anteriormente.

3 AS DOENÇAS CARDIOVASCULARES LIGADAS A DRC

As DCV na DRC, são em grande parte tratáveis e potencialmente previsíveis. A identificação e o entendimento de fatores de risco para essa doença atuam no prognóstico do paciente renal crônico, tal qual no processo em que a disfunção renal estimula essa evolução, são de importância fundamental, pois auxiliam na identificação de mecanismos peculiares da doença, levando ao entendimento da história natural e ao manejo de diversas formas terapêuticas específicas que ajudariam a reduzir o risco de morbimortalidade, e consequentemente a melhora da sobrevida e ainda da qualidade de vida desses pacientes (DE ALBUQUERQUE SEIXAS; MARTIN, 2016).

Nas fases iniciais da doença renal, fatores corriqueiros da DCV atuam como estopim para o desenvolvimento do avanço de patologias relacionadas ao sistema cardiovascular, bem como progressão da doença renal em si. Já nas fases intermediárias, distúrbios como anemia, inflamação sistêmica e transtornos do metabolismo mineral começam a se instaurar. A fisiopatologia da DCV nessa população é complexa e tem prevalência por alguns fatores preexistentes como hipertensão arterial, diabetes mellitus e dislipidemias (BUCHARLES *et al.*, 2010).

Essas situações tornam esses pacientes muito vulneráveis a eventos cardíacos, os mais comuns são: hipertrofia ventricular esquerda (HVE), que significa um aumento do músculo cardíaco no ventrículo esquerdo, sendo esta, a principal câmara do coração; alteração da repolarização ventricular definida pela fase em que o coração se prepara para uma nova repolarização (contração), e que é facilmente notada no eletrocardiograma; distúrbio de condução do ramo direito, onde ocorre um retardo na condução do estímulo elétrico e muitas vezes não representa um potencial patológico; sobrecarga ventricular esquerda que comumente está relacionada com a HVE, pois também indica um aumento do volume muscular do ventrículo esquerdo e

disfunção diastólica definida como alteração do relaxamento diastólico, podendo resultar na dificuldade de enchimento dos ventrículos.

4 MÉTODOS

A pesquisa é caracterizada como aplicada, de campo, quantitativa, descritiva, e exploratória retroativa. A população foi constituída por pacientes que realizam o tratamento hemodialítico na Clínica de Doenças Renais do Vale do Iguaçu, na cidade de União da Vitória, Paraná. A amostra do tipo não probabilística por conveniência foi integrada por 21 pacientes de ambos os sexos, maiores de idade, que estivessem realizando o tratamento há pelo menos 12 (doze) meses. O critério de exclusão foi aplicado apenas aos indivíduos que não aceitarem participar da pesquisa, ou não assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Como instrumento de coleta de dados foram utilizados os prontuários que contêm informações individuais como dados de medidas, peso, sexo, exames laboratoriais, exames de imagem como radiografias, eletrocardiogramas e ecocardiogramas. Ainda, observações clínicas das sessões de diálise, retratando se houve alguma alteração no percurso do tratamento.

Foram avaliados os prontuários de todos os pacientes que aceitarem participar do presente estudo, com o objetivo de coletar dados de interesse a esta pesquisa, visando as possíveis alterações cardíacas destes pacientes. Foram analisados dados desde o início do tratamento dos pacientes até os dados mais atuais, de forma a obter uma cronologia de possíveis alterações nos parâmetros clínicos da população analisada.

Aos dados obtidos foi aplicado estatística descritiva, apresentando-os através de frequência, tabelas em análise comparativa, média e desvio padrão, utilizando o software Bioestat 5.3.

Aos indivíduos que aceitaram participar deste estudo, foi dada uma explicação verbal sobre os objetivos da pesquisa, bem como um esclarecimento sobre todos os procedimentos que foram realizados, dando-lhes total liberdade e resguardando o sigilo das suas respostas, da sua identidade, assim como a privacidade do seu anonimato. Foram entregues o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, informado em duas vias, o qual foi assinado tanto pelo pesquisador quanto pelos colaboradores, firmando assim o vínculo ético necessário para a realização desta

pesquisa. Ao local de pesquisa foi entregue o termo de autorização, sendo este pré-requisito para o início da pesquisa. A metodologia proposta foi formulada respeitando as resoluções 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, e foi aprovado pelo Núcleo de Ética e Bioética do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguaçu (Protocolo: 2021/155).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo 21 indivíduos (15 do sexo masculino e 6 do sexo feminino), com idade média de $47,9 \pm 13,4$ anos e que realizam hemodiálise há $3,09 \pm 2,5$ anos. Quanto ao tempo de tratamento hemodialítico, 52% da amostra realiza há dois anos ou menos, sendo que apenas 19% fazem o acompanhamento há mais de quatro anos. Dois dos participantes do estudo são indivíduos transplantados que sofreram rejeição do órgão recebido e perderam a função renal. As características da amostra estão expostas na tabela 1.

Tabela 1 – Características da amostra

	Idade			Tempo de Hemodiálise		
	Média	Mínima	Máxima	Média	Mínima	Máxima
Masculino	$41,9 \pm 13,2$	18	66	$3,06 \pm 2,31$	1	9
Feminino	$44,8 \pm 14,8$	27	62	$3,16 \pm 3,18$	1	9

Legenda: Valores apresentados em anos.

Fonte: Os autores, 2022.

No presente estudo houve predominância do acometimento da DRC em indivíduos do sexo masculino. Os dados se contradizem aos encontrados por Piccolli, Nascimento e Riella (2017) que investigaram a incidência de DRC na região sul do país, e em seu estudo 64% da população era do sexo feminino. Concordando com os autores citados, Dallacosta, Dallacosta e Mitrus em um estudo dirigido em Santa Catarina, encontraram incidência de 66,8% em mulheres.

No que se refere ao quesito idade a média encontrada pelos Piccolli, Nascimento e Riella (2017) foi de 45 anos, similar aos dados do atual estudo.

Quanto aos marcadores bioquímicos levantados neste estudo, obtidos através de exames laboratoriais, os pacientes não apresentam homogeneidade entre a frequência na rotina de coleta de dados. A tabela 2 apresenta os dados dos pacientes no início do tratamento.

Tabela 2 – Marcadores bioquímicos

	Média	Mínima	Máxima
Creatinina (mg/dL)	5,88 ± 3,52	2,08	14,97
Ureia (mg/dL)	154,4 ± 54,1	75	286
Colesterol Total (mg/dL)	169,05 ± 32,3	133	228
HDL (mg/dL)	36,55 ± 10,27	22	58
LDL (mg/dL)	95,03 ± 31,32	30	157
Triglicerídeos (mg/dL)	161,15 ± 83,97	42	304

Fonte: Os autores, 2022.

Os dados observados apresentam alterações nos marcadores, sendo que 100% da amostra apresenta valores maiores que o recomendado para creatinina e ureia, 20% apresentam colesterol total acima dos valores de referência, 90% HDL abaixo e 65% para os valores de triglicerídeos. Vale lembrar que não se tem valores de referência definidos de forma global para a fração LDL do colesterol. O colesterol LDL (colesterol da lipoproteína de baixa densidade, da sigla derivada do inglês low density lipoprotein-cholesterol, LDL-C) é responsável pela grande maioria dos eventos por doença aterosclerótica cardiovascular, ou seja, é a lipoproteína com mais afinidade em formar placas de gorduras no sistema cardiovascular, chamadas de placas de ateroma, que são tão perigosas para a saúde cardiovascular do paciente. Em pessoas saudáveis, sem nenhuma doença prévia, níveis de LDL <130 mg/dL são desejáveis, pois são consideradas pessoas com baixo risco cardiovascular. Já em pessoas com alguma comorbidade instaurada como, hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus, e inclusive a DRC os níveis desejados podem chegar até metas bastante rígidas como 50 mg/dL em pacientes estratificados em nível de muito alto risco pelo escore de risco global atual, seguida pela SBC (Sociedade Brasileira de Cardiologia), conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1 – Valores de alvo terapêutico sugerido para a categoria de risco cardiovascular para adultos acima de 20 anos

Risco	Meta (com ou sem jejum)	
	Colesterol LDL	Colesterol Não-HDL
Risco Baixo	Inferior à 130 mg/dL	Inferior à 160 mg/dL
Risco Intermediário	Inferior à 100 mg/dL	Inferior à 130 mg/dL
Risco Alto	Inferior à 70 mg/dL	Inferior à 100 mg/dL
Risco Muito Alto	Inferior à 50 mg/dL	Inferior à 80 mg/dL

Fonte: Sociedade Brasileira de Cardiologia.

Como os pacientes em diálise muito provavelmente se encontram nas faixas de alto e muito alto risco cardiovascular, segundo a SBC, existe grande chances da maioria estarem fora da meta e conseqüentemente expostos largamente aos riscos.

Devido à baixa frequência apresentada pela rotina de exames de sangue, assim como a não homogeneidade dos exames solicitados, não foi possível verificar o comportamento dos marcadores bioquímicos durante o processo do tratamento hemodialítico.

Entretanto é possível apontar que a fisiopatologia da DCV nos pacientes renais tem grande complexidade e está relacionada, na grande maioria por distúrbios e mecanismos já instaurados como dislipidemias, diabetes mellitus e hipertensão arterial. Outro fator emergente é a uremia, que pode estar relacionada com a presença de anemias, fato bastante comum nos pacientes renais em todos os estágios da doença, devido a desregulação da síntese da eritropoietina endógena, hormônio produzido em grande escala pelos rins, e que atua diretamente na produção de eritrócitos. Com a baixa de eritrócitos, conseqüentemente temos um quadro anêmico. Níveis de hemoglobina abaixo de 11g/dL já são considerados de risco para mortalidade em decorrência de DCV e prejudiciais a qualidade de vida dos pacientes. (BUCHARLES *et al.*, 2010).

Hiperuricemia em pacientes com DRC é um achado muito corriqueiro, e está relacionada a risco cardiovascular bem como a progressão da DRC em si. A acidose metabólica crônica está relacionada com o aumento do catabolismo proteico, perda de massa muscular, função cardíaca prejudicada entre outros fatores. Na maioria dos

casos é indicado a suplementação com bicarbonato para normalizar a homeostase desse paciente (KIRSZTAJN *et al.*, 2014).

Os marcadores de necrose miocárdica são importantes chaves para avaliar presença ou não de lesão aguda no tecido cardíaco. As principais enzimas utilizadas são: a troponina cardíaca T (cTnT), troponina cardíaca I (cTnI), e a isoenzima MB da creatinoquinase (CKMB) (SERRANO JR *et al.*, 2008). Ressalta-se que no presente estudo nenhum dos indivíduos investigados apresentou dados sobre tais marcadores. Moraes *et al.* (2017) analisaram o risco cardiovascular pela razão triglicérides/HDL-colesterol em portadores de DRC que fazem hemodiálise, encontrando uma incidência de 43,66% de risco aumentado nesta população. Apesar de não ser um objetivo do presente estudo, os dados obtidos na população estudada vão ao encontro dos apontando pelos autores.

Um comportamento comum durante o tratamento foi a realização de exames de imagem e cardiológicos, que permitiu identificar a relação entre a DRC e DCV. Dos pacientes investigados, 12 iniciaram o tratamento já com um quadro de hipertensão arterial sistêmica, sendo que nenhum paciente evoluiu para um quadro de hipertensão durante o tratamento.

Dentre as alterações encontradas a mais frequente foi hipertrofia ventricular esquerda (n=11), seguido de alteração da repolarização ventricular (n=6), distúrbio de condução do ramo direito (n=3), sobrecarga ventricular esquerda (n=1) e disfunção diastólica (n=1). Os dados das alterações cardiovasculares são apresentados na tabela 3.

Tabela 3 – Alterações cardiovasculares

	n	%
Hipertrofia Ventricular esquerda	11	52,38
Hipertensão Arterial Sistêmica	12	57,14
Distúrbio de condução do ramo direito	3	14,28
Alteração na repolarização ventricular	6	28,57
Sobrecarga ventricular esquerda	1	4,76
Disfunção diastólica	1	4,76

Fonte: Os autores, 2022.

Nota-se que mais da metade dos pacientes apresentam hipertrofia ventricular esquerda, sendo que destes, apenas um já apresentava o quadro antes de iniciar o tratamento, portanto pode-se apontar como a principal alteração cardiovascular durante o tratamento hemodialítico.

Essas alterações já eram esperadas, pois segundo Serrano Jr *et al.* (2008) a DRC apresenta um potencial fator de risco para o desenvolvimento de DCV, resultando no aumento da taxa de mortalidade dos pacientes renais crônicos. Alterações do sistema cardíaco influenciam quase que diretamente na função renal, bem como comprometimentos renais podem resultar em alterações cardíacas, iniciando um mecanismo de combinações neuro-hormonais que serão prejudiciais a ambos os órgãos (MORA *et al.*, 2016).

Guimarães *et al.* (2018) investigaram as principais causas de mortalidade em pacientes portadores de DRC, e seus achados apontam para predominância de causas cardiovasculares e cerebrovasculares, apontando ainda a presença na maior parte dos casos de hipertensão arterial sistêmica, dados que se assemelham aos encontrados no atual estudo.

Dino e Campos (2017) apontam que a anemia e a hipertrofia ventricular esquerda são as manifestações clínicas mais frequentes em portadores de DRC. Os autores sugerem que a DRC gera importantes alterações nos sistemas cardíaco, respiratório e nervoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência de dados sorológicos cardíacos no instrumento de coleta de dados, e conseqüentemente de evidências sorológicas, influenciou nos resultados deste estudo, de modo que, os marcadores sorológicos dislipêmicos foram então utilizados. Sabendo da forte intervenção das alterações lipídicas com o sistema cardíaco, fez-se necessário utilizar desses marcadores para o caminhar deste estudo. Enfatiza-se que apesar do estudo se tratar especialmente de alterações cardíacas, ele foi aplicado em uma clínica de doenças nefrológicas, onde o foco principal são doenças de cunho renal. Entretanto, atualmente é de notável conhecimento a interação entre as duas

doenças citadas, e esperava-se um maior domínio do acompanhamento da parte cardíaca desses pacientes em tratamento na clínica.

A maioria dos pacientes já iniciaram o tratamento com alguma comorbidade cardíaca, ou vieram a desenvolver no decorrer do tratamento. Algumas alterações, não representam um potencial patológico elevado como o distúrbio de condução do ramo direito, que ficou como a terceira alteração que mais apareceu neste estudo. Em contrapartida, a hipertrofia ventricular esquerda, foi a alteração que mais manifestou-se e é considerada de risco mais elevado para estes pacientes. Ao certo, não se sabe como o organismo de cada paciente vai se comportar e evoluir durante esse padrão de tratamento. Depende de muitos fatores associados, vindos desde hábitos, alimentação, até as demais doenças que podem estar análogas ao quadro do paciente.

Como pode-se observar, a DRC é bastante complexa, o que se torna mais um obstáculo na hora de tratá-la. Os números expressivos da taxa de mortalidade em consequência de DRC ou de DRC associada a DCV, são um alerta para uma vasta avaliação e acompanhamento de ambas as patologias. Com o avanço das pesquisas, atualmente temos várias maneiras de rastrear esses distúrbios, até os mais silenciosos, como no caso da hipertensão arterial, ou problemas cardíacos em geral. O tratamento do paciente com DRC requer extremo conhecimento de todos os aspectos, desde a doença em questão, até todos os distúrbios que as englobam. A TFG, o estágio que a doença se encontra, comorbidades, e particularmente as complicações cardiovasculares devem ser levadas em consideração na hora de designar o tratamento adequado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Salustiano Pereira de et al. **Estudo da morfologia e função cardíacas nos pacientes em hemodiálise com e sem diurese residual.** 2010.

BASTOS, Marcus Gomes; KIRSZTAJN, Gianna Mastroianni. Doença renal crônica: importância do diagnóstico precoce, encaminhamento imediato e abordagem interdisciplinar estruturada para melhora do desfecho em pacientes ainda não submetidos à diálise. **Brazilian Journal of Nephrology**, v. 33, n. 1, p. 93-108, 2011.

BERNARDES, Waleska Alves de Oliveira de Queiroz et al. **Avaliação cardíaca morfofuncional na doença renal crônica estágios 3 e 4.** 2014.

BUCHARLES, Sérgio Gardano Elias et al. Avaliação e manejo da doença cardiovascular em pacientes com doença renal crônica. **Brazilian Journal of Nephrology**, v. 32, n. 1, p. 120-127, 2010.

DALLACOSTA, Fabiana Meneghetti; DALLACOSTA, Hotone; MITRUS, Lilian. Detecção precoce de doença renal crônica em população de risco. **Cogitare Enfermagem**, v. 22, n. 1, 2017.

DE ALBUQUERQUE SEIXAS, Emerson; MARTIN, Luis Cuadrado. Doença coronária no paciente com doença renal crônica. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, v. 18, n. 1, p. 6-10, 2016.

DINO, Barbara Daiana; CAMPOS, Renata. Insuficiência renal crônica e suas implicações para os Sistemas metabólicos. **Revista UNIANDRADE**, v. 18, n. 3, p. 149-156, 2017.

GUIMARÃES, David Bernar Oliveira et al. Causas de Óbito de pacientes com Insuficiência Renal Crônica em Hemodiálise. **Revista Eletrônica Acervo Saúde/Electronic Journal Collection Health ISSN**, v. 2178, p. 2091, 2018.

GUYTON, Arthur C.; HALL, John E. Tratado de fisiologia médica. 12ª edição. **Elsevier**, 2011.

MARTIN, Luis Cuadrado; FRANCO, Roberto Jorge da Silva. A doença renal como fator de risco cardiovascular. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 85, n. 6, p. 432-436, 2005.

MORA, Sylvia Dávila et al. Síndrome cardiorenal tipo1. Mecanismos fisiopatológicos e papel dos novos biomarcadores. **Insuficiência Cardíaca**, v. 11, n. 1, p. 23-30, 2016.

MORAES, Luciana Leitão et al. Identificação de risco cardiovascular pela razão triglicérido/HDL-colesterol em pacientes com doença renal crônica em hemodiálise. **Scientia Medica**, v. 27, n. 3, p. ID27369-ID27369, 2017.

PICCOLLI, Ana Paula; NASCIMENTO, Marcelo Mazza do; RIELLA, Miguel Carlos. Prevalência da doença renal crônica em uma população do Sul do Brasil (estudo Pro-Renal). **Brazilian Journal of Nephrology**, v. 39, p. 384-390, 2017.

SILVA, Andreia Raquel Dias da. **Síndrome cardiorenal: diagnóstico e terapêuticas atuais**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade da Beira Interior.

SOUZA, A.; ILKIU, G. **Manual de Normas Técnicas para Trabalhos Acadêmicos**. Centro Universitário Vale do Iguaçu. União da Vitória: Kaygangue, 2017.

WAINDUKE, Sheron Brusamolin. Biomarcadores na avaliação da doença renal crônica e síndrome cardiorenal tipo IV: uma revisão.

WILLIAMSON, A. Mary. **Wallach**: interpretação de exames laboratoriais. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

UM BREVE RELATO DA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA: PONTOS BÁSICOS DA ANCORAGEM DOS QUAIS DERIVAM OUTROS SIGNIFICADOS

Laryssa Karas

RESUMO: Neste trabalho será dado um enfoque na psicologia comportamental, lembrando sempre que todas as áreas de estudos desta ciência são importantes para a compreensão de sua finalidade. Psicologia é a ciência que estuda os processos mentais e de comportamentos. Será realizado um breve relato da introdução da história da psicologia, pontos básicos da ancoragem dos quais derivam outros significados, outras pesquisas e pesquisadores que transformaram a psicologia em ciência. Tendo como objetivo esclarecer e aprender pontos importantes dentro da pesquisa bibliográfica que se refere à abordagem comportamental, Behaviorista e levantar algumas curiosidades desta área da psicologia e sua prática. Contribuindo assim com pesquisa e estudo para a melhor compreensão sobre o assunto e instigar a vontade de querer saber pelos profissionais e estudantes da área.

PALAVRAS-CHAVE: História da Psicologia. Psicologia Comportamental. Psicologia e ciência.

ABSTRACT: In this work, a focus will be given on Skinner's behavioral psychology, always remembering that all areas of study of this science are important for understanding its purpose. Psychology is the science that studies the mental processes and behaviors. A brief account of the introduction of the history of psychology, basic anchorage points from which other meanings are derived, other researches and researchers will be carried out. With the objective of clarifying and learning important points within the bibliographic research that refers to the behavioral approach or Behaviorist and to raise some points of this area of psychology and its practice. Thus contributing with research and creation of material for the better understanding on the subject studied here.

PALAVRAS-CHAVE: History of Psychology. Behavioral Psychology. Psychology and science.

1 INTRODUÇÃO

Como já se sabe a psicologia tem grande influência sob a filosofia, que assim instiga um pensamento vindo da descoberta do próprio homem inserido na natureza, como ser pensante, buscando respostas para a transformação no mundo. No início buscava-se esclarecimentos na mitologia, mas logo, não era o suficiente, pois surgiram pensadores com novas questões contrapondo o ponto mitológico.

Através da filosofia grega, no ocidente, que grandes pensadores foram capazes de entender o que é ciência, e sendo através deste viés que antes de entendimento de ciência surgiram os grandes feitos dos pensadores como a física, a matemática, a química, o entendimento de razão, ética, para se chegar ao que chamamos hoje de ciência.

Logo tratamos da Análise do Comportamento que segundo Moreira, 2007 é uma abordagem psicológica que busca compreender o ser humano a partir de sua

interação com o ambiente. “O comportamento é uma característica primordial dos seres vivos”. Skinner 1904 – 1990 (2003, P. 49).

Com tudo, o passar do tempo, grandes estudiosos trazem a psicologia como ciência, para esse feito muitos testes e teorias foram estudados, neste estudo/pesquisa, para desenvolver esse artigo foi dado um enfoque na TC – Terapia Comportamental.

A T.C é uma linha da psicologia que vem das teorias da aprendizagem. Como os organismos interagem com o ambiente, por meio da mecânica, que imitava o comportamento que levou a teoria da ação reflexa entre outras.

A partir desta base teórica podemos compreender algumas problemáticas que interferem no desenvolvimento e aflige a sociedade como um todo, sendo as mais vistas na última década: ansiedade e suas subdivisões, depressão e os transtornos de humor, dependência química, crises situacionais, entre tantas que não é o foco de estudo, para tanto, a partir deste podem ser criados vários materiais e indagar a curiosidade para formar pesquisadores referentes a estes assuntos.

2 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho serão realizadas pesquisas bibliográficas com base em material já elaborado, como: livros, revistas, jornais, artigos científicos, teses, e outros impressos.

Esse tipo de pesquisa tem como principal vantagem o fato de fornecer ao investigador uma quantidade maior de informações do que se ele fosse pesquisar diretamente.

Sendo assim, é muito importante quando se busca dados muito dispersos (GIL, 2002). Então, para se obter maior conhecimento sobre o tema a ser estudado, a pesquisa bibliográfica é essencial.

Utilizará a pesquisa do tipo descritiva, a qual visa prover o pesquisador de dados sobre as características de grupos e estimar proporções de determinadas características” (MATTAR, 1996, p. 94).

Este estudo também pode ser classificado como quantitativo e qualitativo, sendo que a pesquisa quantitativa representa a intenção de garantir a precisão dos

resultados, evitando distorções de análise e interpretação, possibilitando consequentemente uma margem de segurança.

Já a pesquisa qualitativa, possibilita entender a natureza de um fenômeno social, geralmente as investigações se voltam para situações complexas e particulares (RICHARDSON, 1999).

Este estudo servirá na construção de conhecimento, e provocará uma hipótese de ação interdisciplinar com intuito de mostrar a importância e o papel da psicologia dentro das problemáticas sociais e que sim é uma ciência de extrema importância.

Serão realizadas pesquisas bibliográficas a fim de compreender sobre o processo, além de análise, sobre a história e o contexto desta ciência.

Sendo um trabalho ao qual se espera além da compreensão dos processos, auxiliará nas possíveis falhas perante o mesmo, e colabora para a divulgação do assunto, dando um enfoque no desenvolvimento da ciência enquanto profissão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre este contexto histórico, surgiu Sócrates sendo o divisor de águas na filosofia causando grande polêmica por suas "idéias pervertidas". Logo veio Aristóteles dizendo que o homem é um ser racional, e assim dizem que a ciência ocidental se iniciou.

Até o século XVII os filósofos estudavam por meio de questionamentos, especulações, intuição e generalização de suas poucas experiências, usando os instrumentos da sua ciência física e biológica que era o que tinham até então, e especulando o passado, e a partir disto apareceu às experimentações dos estudos da mente humana, fazendo com que a psicologia se distingue das raízes filosóficas.

Passa a existir nesta época o desenvolvimento das máquinas, por meio da comparação do homem com as mesmas.

Até o momento vemos a psicologia como uma ciência que fala do homem a partir de seu próprio caminho interno, sua subjetividade. (BOCK, Ana Mercês Bahia, 2002, p.31). Apesar de reconhecermos a existência de uma psicologia de senso comum e, de certo modo, estamos preocupados em defini-la, é complicado fazer isso, pelo fato de que não existe apenas uma ciência para a psicologia.

O objetivo é descrever, explicar, prever e modificar o comportamento onde a descrição é o objeto básico de qualquer ciência. Os psicólogos reúnem fatos a respeito do comportamento observável e dos processos mentais com o objetivo de construir quadros precisos e coerentes do comportamento humano e dos processos psicológicos.

“Portanto o psicólogo não adivinha nada ele procura soluções para os problemas a partir de levantamento de dados” (BOCK, Ana Mercês Bahia 2002, p.151). “Tem seu trabalho relacionado às condições gerais de vida de uma sociedade, embora atuem focadas na subjetividade dos indivíduos e/ou as suas manifestações comportamentais construídas ao longo da vida”. (BOCK, Ana Mercês Bahia, 2002, p.156).

Por trás de qualquer produção material ou espiritual existe a história (BOCK, Ana Mercês Bahia 2002, p.31). Toda e qualquer produção humana tem por trás de si contribuições de inúmeros homens, que num tempo anterior ao presente fizeram indagações, realizaram descobertas, inventaram técnicas e desenvolveram idéias (BOCK, Ana Mercês Bahia 2002, p.31).

A história da psicologia tem por volta de dois milênios, como já citado veio da filosofia grega sendo esta época anterior à era Cristã (BOCK, Ana Mercês Bahia 2002, p.31).

Segundo Bock 2002, a psicologia moderna teve início na Alemanha no séc. XIX e na medida em que se liberta da filosofia ganha o título como ciência, onde estudiosos passam a definir seu campo e objeto de estudo, formular métodos e teorias, e devem obedecer a critérios de estudos com base na metodologia científica.

A psicologia é uma das disciplinas acadêmicas mais antigas e ao mesmo tempo uma das mais modernas e novas. Até os fins do séc. XIX os filósofos estudavam a natureza humana por meio da investigação da intuição e da generalização, baseados nas próprias experiências de vida, nesta mesma época a psicologia passou a ser independente e a adotar métodos distintos de investigação e de raciocínio teórico tendo como precursor Wilhelm Wundt (BOCK, Ana Mercês Bahia 2002, p. 37 a 40).

A relevância entre passado e o presente entre os dados perdidos e omitidos, muitos documentos foram colocados à disposição depois do séc. XXI, conforme o espólio de Freud (Schultz, D.P., 2006, p.7).

Existem várias abordagens e escolas na história da psicologia como: o Funcionalismo de William James, o Estruturalismo de Edward Titchner e o Associacionismo de Edward L. Thorndike, e as principais escolas são: mecanicista, materialista, empirista, estruturalista, funcionalista, associacionista, evolucionista, cognitiva e cultural.

A fundação da psicologia científica teve a ideia de homem livre. Nesta época Augusto Comte propunha o método de ciência natural, a física como modelo de construção de conhecimento.

Temas da psicologia até então estudados pelos filósofos passam a ser estudados e investigados pela neurofisiologia. “Neste período, também com a evolução das máquinas, os homens passam a entender o seu cérebro e a psicologia começa a trilhar caminhos” (SCHULTZ, D.P., 2006, p.37 a 40).

A situação da psicologia científica, portanto, é mais do que curiosa, e, no entanto, algo faz com que se pense de maneira mais integrada, respeitando é claro essa multiplicidade de ângulos e abordagens. Por enquanto é preferível não estabelecer nenhuma conclusão.

De qualquer maneira a psicologia está aí com suas pretensões de autonomia e independente da conclusão a que chegamos, é importante tentar compreender as origens e as implicações da existência dessa disciplina.

As condições socioculturais até agora foram o terreno sobre o qual puderam ser elaborados os projetos de psicologia como ciência independente e, o que é ainda mais importante, o terreno certo à ampla difusão desses projetos e a sua assimilação crescente pelo conjunto da sociedade.

Cem anos são passados, desde o histórico 1879, quando, em Leipzig, Wilhelm Wundt fundou seu laboratório de Psicologia Experimental, definido, assim, o roteiro específico de uma nova ciência que, com métodos e objetos próprios, assumia foros de independência entre as ciências de experiências. (SOARES, A.R.2010,p.10).

Segundo Baum (1999) Behaviorismo refere-se ao estudo do comportamento que em inglês denomina-se Behavior, tem como objeto de estudo o próprio comportamento. Na Idade Média a Igreja explicava a ação, o comportar-se pelo homem pela posse de uma alma.

Os cientistas o faziam pela existência de uma mente. Causavam e explicavam o comportamento do homem. Os objetos e eventos criavam ideias em suas mentes e estas impressões mentais ou ideias geram seu comportamento.

Segundo vários autores, homens são concebidos como tendo duas naturezas, uma divina e outro material, ou uma mental e uma física. Ao mesmo tempo em que essa alma ou mente causavam e explicava o comportamento, esse comportamento era a única evidência desta alma ou desta mente.

Behaviorismo é um tópico controverso. Algumas objeções são levadas a partir de uma compreensão correta de suas posições, mas as concepções errôneas são inúmeras. Tudo o que é genuinamente controverso sobre o Behaviorismo deriva de sua ideia básica, de que uma ciência do comportamento é possível. O Behaviorismo é uma filosofia da ciência. (BAUM, W. M. 1999 p. 19).

Dentro dos referenciais históricos do Behaviorismo temos William Harvey (1578-1657) que estudando cirurgicamente os animais descobriu que o organismo interno se assemelha ao funcionamento de uma máquina, usando como referencial a observação de fenômenos naturais.

E um dos mais importantes, que gerou maior polêmica foi Charles Darwin (1809-1882) com sua teoria da evolução por seleção natural em 1859, trouxe uma grande oportunidade de gerar novas pesquisas mesmo que ainda os pensadores da época fossem contra os princípios sendo eles principalmente os religiosos, por que se acreditava que tudo advinha de Deus.

Sendo o processo natural considerado um processo puramente mecânico. “A teoria moderna da evolução surgiu na primeira metade do séc. XX, quando a ideia de seleção natural foi combinada com a teoria da herança genética. Essa teoria continua a despertar objeções devido a seu caráter naturalista e ateu.” (BAUM, W.M., 1999; p.23).

Ao fazer seu rompimento com a filosofia assim como as outras ciências a psicologia foi ganhando os campos de pesquisas e pensadores conforme publicaram seus artigos, e na primeira versão do Behaviorismo temos Watson que em 1913 publicou o artigo “Psychology as the Behaviorist Views It”, gerando questionamentos sobre a introspecção e a analogia como métodos, para esse estudo se baseou na psicologia objetiva que julgava obviamente, mais objetiva, ele dizia que a introspecção

era dependente do indivíduo no sentido de que, se não consegue passar seus dados sua introspecção não foi bem treinada.

Em algumas bibliografias sobre Watson relatam a questão de que alma e introspecção são o que não deixava a psicologia se tornar uma ciência por não possuir uma objetividade de estudos e de explicação plausível.

Watson escreveu *“Acredito que podemos compor uma psicologia, defini-la como Pillsbury, e jamais renunciar a nossa definição: nunca usar os termos consciência, estados mentais, mente, conteúdo, verificável introspectivamente imagens, e coisas parecidas”* (WATSON, 1913, p.166, apud BAUM, 1999, p.28).

Com essa sua fala queria expor sua indignação com Pillsbury que lançou o livro e no início do mesmo descrevia a psicologia como Ciência do Comportamento, mas ao longo de poucas páginas já se voltava ao tratamento convencional dado na época para a psicologia.

Watson estudava apenas o comportamento e que com isso compreenderia todas as espécies causando controvérsias ao naturalismo de Darwin. Com tudo o Behaviorismo desafia o livre arbítrio, onde a ideia de estudo do comportamento é científico por que pode ser explicado.

Segundo a leitura bibliográfica foi possível perceber que a psicologia teve vários precursores como: William James (1842 - 1910) já previa o estudo do comportamento.

No entanto, a psicologia comportamental que conhecemos iniciou com Ivan Pavlov (1849 – 1936) fazendo o experimento com cães criou a teoria dos reflexos condicionados.

Porém o fundador do behaviorismo foi John B. Watson (1878 – 1958) formulando a metodologia que deveria guiar seus seguidores. Sendo Watson o principal inspirador de Burrhus Frederic Skinner que em 1945 questiona o behaviorismo metodológico, pois precisa ter embasamento em evidências e não somente em especulações abstratas.

Segundo Baum, 1999, no Mentalismo o acesso às idéias ou imagens se fariam somente através da introspecção relevada através de uma ação, gesto ou palavra. Os processos cognitivos são uma forma de animismo ou mentalismo, em suas origens.

A cognição é algo que é notável no comportamento linguístico na maneira de resolver problemas, lembrar etc. Linguagem é produto de comportamento verbal,

solução de problemas é produto de contingências alternativas e que lembrar é produto da manipulação de estímulos discriminativos.

O cognitivista recupera o conceito de consciência quando afirma estados de motivação que poderiam ser modificados de fora ou de dentro através de reestruturação cognitiva por trocas verbais, afetando e modificando comportamentos, sendo formas de se comportar não sendo eventos mediadores. Usando consciência como uma metáfora não como self. (Baum, 1999. P. 49-53)

Mas o que é comportamento? Segundo Baum no livro Compreender o behaviorismo: ciência, comportamento e cultura de 1999 comportamentos não eram visto como função biológica dentro da física newtoniana mecanicista da época, todo fenômeno devia ter uma causa e dentro da rejeição mentalista a causa do comportamento não poderia ser a mente, seria então algo externo ao organismo e observável, o ambiente, o estímulo.

A palavra “estímulo” veio de Pavlov que se refere à troca de energia entre organismos e ambiente. A mudança no organismo biológico seria o comportamento.

Já na mudança para Skinner há evidências do mundo, de um evento. Sendo tarefa analisar esta experiência. Os estudos de eventos internos incluem-se legitimamente dentro do campo de estudos da Psicologia, de uma ciência do comportamento, aceitando todos os fenômenos comportamentais.

Segundo Moreira, 2007, Ivan Pavlov realizou o primeiro trabalho importante sobre o comportamento condicionado, sendo a salivação frente aos alimentos, estudados em seu laboratório, estudos estes realizados com um cão, toda vez que tocava a sineta o cão salivava, pois sabia ganharia seu alimento, influenciando assim Skinner restringindo o ambiente o resultado será modificado do comportamento e replicáveis.

Skinner ficou fascinado com o passo a passo além da predição do controle. Havia possibilidade de se controlar com eficácia diferenças individuais e de descobrir leis de comportamento válidas para qualquer membro de uma espécie.

A alegação de Skinner era de que, desta forma, a pesquisa psicológica poderia eventualmente elevar-se de ciência probabilística para ciência exata. O que Skinner propôs foi que se começasse a olhar para o comportamento humano de modo diferente, trataremos de modo diferente. Skinner 1904-1990.

Essa interação com o ambiente vai além do senso comum referindo-se ao meio material, meio físico e social, interação com o outro. Para melhor compreender este ponto e não confundir com Behaviorismo reforço aqui que “Behaviorismo é um tipo de filosofia da ciência do comportamento e Análise do comportamento é uma abordagem psicológica”. (Moreira, M.B., 2007, p.215).

Para o psicólogo behaviorista norte americano Skinner, a educação deve ser planejada passo a passo, de modo a obter os resultados desejados na “modelagem” do aluno.

O método desenvolvido para observar os animais de laboratório e suas reações aos estímulos levou-o a criar pequenos ambientes fechados que ficaram conhecidos como caixas de Skinner, depois adotadas para experimentos pela indústria farmacêutica.

Em 1948, aceitou o convite para ser professor em Harvard, onde ficou até o fim da vida. Morreu em 1990 em Cambridge, em ativa militância a favor do behaviorismo, sendo o propositor do Behaviorismo Radical.

O sistema de psicologia de Skinner é sob muitos aspectos um reflexo de suas experiências de vida um produto de reforços passados e afirmava que sua própria vida era pré-determinada, organizada e ordeira quanto seu sistema ditava que todas as vidas fossem. Um ateu e materialista.

Foi o maior seguidor de Watson, Skinner foi quem mais divulgou o Behaviorismo prevendo a utilização de seus princípios na psicoterapia, na educação e até na política. Foi bem influente na prática e no pensamento da psicologia até os anos 50. Com a publicação “The Operational Analysis of Psychological Terms” no ano de 1945 questiona o behaviorismo metodológico.

A ação reflexa, e Descartes sugeriram no séc. XVII onde o comportamento às vezes poderia ser iniciado por uma ação externa. Esse externo chamou de estímulo e o comportamento controlado chamou de resposta, dando origem ao conceito de estímulos e respostas. Para chegar neste conceito foi estudado quantitativamente o tempo chamado latência entre um e outro, já a magnitude da resposta como função da intensidade do estímulo.

Chegando ao arco reflexo que são os eventos neurais. Também se nota fadiga quando há uma exigência de repetição rápida da eliciação. Por exemplo, uma luz

sobre o olho de uma pessoa normal a pupila se dilata, suco de limão nos faz salivar, cebola faz lacrimejar, este exemplo mostra que músculos lisos e glândulas funcionam através de reflexos segundo Skinner 1904 – 1990 (2003, p.53).

Segundo Moreira, 2007, comportamento operante são os efeitos de um comportamento que podem determinar o aumento ou a diminuição de sua frequência, conhecido na esquivia fóbica, ou seja, ansiedade. Comportamento operante produz consequências no ambiente, sendo afetado e controlado por suas consequências.

Um exemplo clássico desse efeito é o estudo de Skinner com o rato, sendo que toda vez que pressiona a barra, ganha uma gota de água. O pressionar a barra é mantido por produzir a mesma consequência. Assim fazem as pessoas que controlam as outras, como as crianças controlando os pais. Por exemplo, o medo, quando falamos de algo que a pessoa tem medo logo modifica o comportamento desta pessoa. (Moreira, M. B, 2007, p.47 – 50)

Há também o reforço que “além de aumentar a frequência de um comportamento reforçado, o reforço tem dois outros efeitos sobre o comportamento.” (Moreira, 2007, p.53). Sendo uma delas diminuição da frequência de outros comportamentos e diminuição na variabilidade na forma da resposta do comportamento reforçado.

Então se entende segundo Moreira 2007 apud Skinner que reforço é um tipo de consequência do comportamento que aumenta a probabilidade de um determinado comportamento voltar a ocorrer, por exemplo, quando a criança pede doce logo damos uma bala á ela logo voltará a pedir doce, ou quando mandamos alguém fazer algo por nós como lavar a louça se a pessoa por várias vezes quando ordenamos mais vezes daremos a ordem.

Existem os reforços negativos e os positivos, sendo negativo é quando o reforço para realizar tal comportamento é ruim, por ex, sentir dor para arrumar estética dentária, porém a estética é compensatória sendo reforçadora e é negativa pelo fato da dor. O positivo é quando por ex, uma criança começa a ler e a professora elogia seu progresso logo ela vai procurar ler mais, o elogio da professora foi o reforço do comportamento.

Dentro deste contexto de Skinner ele estudou a extinção operante sendo “a suspensão de uma consequência reforçadora anteriormente produzida por um

comportamento. Tem como efeito o retorno da frequência do comportamento ao seu nível operante”. (Moreira, 2007, p.62).

Para melhor compreensão temos como exemplo, se ao pedir para alguém lavar a louça e ela não o fizer logo não atendeu ao meu pedido/ordem logo, provavelmente se em tentativas não o fizer a emissão cessará. Também no exemplo da criança pedir a bala se não ganhar vai mudar o comportamento e não fará o pedido novamente.

Também temos a modelagem, por exemplo, ensinar um bebe a falar ao ouvir o som o bebe gesticula sons e logo com a prática de moldagem aprende a falar. Esta técnica é bastante utilizada para ensinar comportamentos novos.

Existe também o comportamento de fuga e de esquiva que são mantidos por reforços negativos, como fazer revisão no carro antes de viajar, prevenir problemas, dar desculpas esfarrapadas como quando alguém está conversando com você e não está interessado e diz só um minuto eu preciso fazer uma ligação urgente.

No caso o que se aprende primeiro é a fuga “em que os estímulos aversivos estão presentes no momento em que a consequência produzida por ele é retirada do estímulo aversivo do ambiente” (Moreira, 2007, p.69) e a esquiva quando o estímulo aversivo não está presente no momento em que é omitido o comportamento.

Punição e extinção: “a punição destina-se a eliminar comportamentos inadequados, ameaçadores ou, por outro lado, indesejáveis de um dado repertório, com base no princípio de que quem é punido apresenta menor possibilidade de repetir seu comportamento”. (Skinner, 1983, p.50) apud (Moreira, 2007, p.70).

Aqui os cuidados têm que ser redobrados ao retirar as contingências punitivas para não dar um reforço positivo ou negativo para determinado comportamento. Por exemplo, a criança riscou a parede e disse que ela não vai assistir TV, mas o computador assiste, então a criança acaba ouvindo, assistindo a TV. Na extinção não se apresenta mais o reforço, por exemplo, não se deve ligar a TV quando proíbe uma criança de assistir.

Para extinguir o comportamento de riscar a parede dando esta punição, nem o responsável poderá assistir TV para não reforçar uma punição negativa e nem reforçar um comportamento julgue inadequado.

Cuidado com os efeitos colaterais do “uso do controle aversivo para alterar a probabilidade de emissão de um comportamento deve ser aplicado apenas em último caso”. (Moreira, 2007, p.83).

Contracontrole é o comportamento que impede o comportamento de agente punidor. Por exemplo, sair para a balada e dormir no amigo assim pode beber um pouco mais se esquecendo de levar uma bronca da mãe.

A exposição é a principal forma de terapia comportamental. É uma terapia que utiliza de várias técnicas: exposição, prevenção de respostas, modelação, reforço negativo, extinção, terapia aversiva, relaxamento muscular e treino da respiração, biofeedback, reversão de hábitos, treino de habilidades sociais.

Segundo Cordioli e cols (p.33). A TC exige do paciente alta motivação para aderir ao tratamento, boa capacidade de tolerar o aumento da ansiedade e o desconforto inerentes ao fato de se expor a situações geradoras, comum acordo com o terapeuta para que o processo funcione.

historicamente, os terapeutas comportamentais não distinguiram a entrevista do processo global da avaliação e da terapia comportamental. Para o terapeuta comportamental, a entrevista era principalmente um método de obtenção de informação para avaliação, método que proporciona informação questionável sujeita às múltiplas influências sobre o comportamento verbal”. (CABALLO, V. E. 2011, p.663).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi lido, estudado e pesquisado sobre a história da psicologia, todo em torno da abordagem comportamental, bem como a história do seu respectivo autor e como trabalhar determinados aspectos dentro desta linhagem de pensamento.

Explicando assim alguns pontos básicos da Terapia Comportamental. Hoje conhecida como TC, estuda sobre o Behaviorismo Radical de Skinner por acreditar que tudo é moldável, principalmente os comportamentos.

Percebe-se neste trabalho quanto falta novas pesquisas e novos conceitos em relação ao trabalho voltado pela TC, uma vez que é a partir dela que a cognitivo teve início, existem sim replicações da teoria, sendo possível perceber durante a pesquisa bibliográfica realizada.

Também os materiais mais atuais sobre a TC acabam se ligando na abordagem cognitiva comportamental sendo possível notar que é a abordagem que está mais em alta no mercado de trabalho sendo ela a linha de muitos profissionais de psicologia.

Há uma grande oferta nas especializações, que sim pode utilizar a comportamental como base e especializar em áreas que têm mais afinidade de trabalho, pois se faz necessário sempre estar atualizados para um melhor desempenho das funções tendo sempre em mente que o trabalho do profissional de psicologia está ligado diretamente com o ser humano.

Ser humano, ou qualquer ser vivo hoje está em constante transformação, ter um olhar humanizado, ético é de suma importância para o desempenho do profissional além de muito estudo para obter o resultado esperado durante um tratamento independente se é em grupo ou individual.

Dentre as pesquisas pode-se perceber a falta de desenvolvimento de novos materiais e teorias por parte de profissionais e estudantes da área para colaborar com a continuidade das pesquisas, encontra-se referente este tema muita réplica e/ou cópia de técnica e material sem nenhuma inovação.

Que seria de suma importância ter incluído este tema, coube a quem tem interesse e curiosidade buscar por si só de como a ética trabalha nos temas abordados dentro deste trabalho e além dos demais.

Pois o que se tem em sala de aula é somente uma base que cabe a nós enquanto profissionais, acadêmicos e buscadores e promotores do saber ter esta perspicácia de procurar mais, a vida do outro pode depender de um tratamento com um estudo bem feito ou não.

Exigir somente do paciente/cliente é “fácil”, pense em exigir mais de você profissional para uma melhor qualidade em seu trabalho e assim um resultado eficaz com qualidade.

REFERÊNCIAS

BAUM, William M. **Compreender o behaviorismo: ciência, comportamento e cultura**, 1999, tradução Maria Tereza Araújo Silva ... et al – Porto Alegre; Editora: Artes Médicas SUL Ltda.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia – 13ª Ed. Reform. E ampl. – São Paulo: Saraiva 2002.

CABALLO, Vicente E. **Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento**. São Paulo: Santos, 2011.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução a Psicologia**, 2001, 3ªed.

DAVISON, Gerald. **Psicologia do comportamento especial**. 8ª Ed. Rio de Janeiro. LTC, 2003.

DIEHL, Alessandra e colaboradores. **Dependência química: prevenção tratamento e políticas públicas** – Porto Alegre: Artmed, 2011.

FREITAS, RH., org. **História da psicologia**: pesquisa, formação, ensino [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 133 p. ISBN: 978-85-99662-83-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452005000200008

MARCAL, João Vicente de Sousa. **Estabelecendo objetivos na prática clínica: quais caminhos seguir?**. Rev. bras. ter. comport. cogn., São Paulo, v. 7, n. 2, p. 231-246, dez. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452005000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 maio 2016.

MARTIN, Garry. **Modificação do comportamento**: o que é como fazer. 8ª. Ed. – São Paulo: Roca, 2013.

MOREIRA, Márcio Borges e Medeiros, Carlos Augusto de. **Princípios básicos de análise do comportamento**, 2007. Porto Alegre; Editora: Artmed.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney E.; **História da Psicologia Moderna**, 2006, 8ªed.

SKINNER, Burrhus Frederic, 1904-1990; **Ciência e comportamento humano**, tradução João Carlos Todorov, Rodolfo Azzi – 11ª Ed, São Paulo; Editora: Martins Fontes, 2003 – (coleção biblioteca universal).

SKINNER, Burrhus Frederic, 1904-1990; **Sobre o Behaviorismo**, 1974, tradução de Maria da Penha Villalobos, São Paulo; Editora: Cultrix.

SOARES, Antonio Rodrigues. **Psicologia ciência e profissão**, 2010, 30(num. esp.), 8-4. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>



CENTRO
UNIVERSITÁRIO

CAMPO REAL

EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

